

PCP aponta tarefas para a vitória democrática

Na sua reunião plenária do passado sábado, dia 26, o Comité Central debateu a situação política e aprovou um documento intitulado **Tarefas para a vitória democrática contra a política e o plano subversivo da «AD», no qual, entre outras, se responde às seguintes questões:**

- Por que é que o PCP considera que a formação do novo Governo «AD» foi um erro grave - e um erro que importa corrigir?
- *Que política irá o novo Governo prosseguir?*
- Qual a tática actual da «AD» para o relançamento do seu plano subversivo e golpista?
- *Que atitude tomar perante as promessas demagógicas do Governo e da «AD»?*
- Quais os objectivos fundamentais do projecto de revisão inconstitucional da Constituição?
- *O que está por detrás do «pacto de regime» PS-«AD»?*
- Por que diz o PCP que a «AD» perdeu qualquer legitimidade para governar?
- *Qual a alternativa democrática para responder à crise?*
- Quais os pontos essenciais da Plataforma de entendimento que o PCP propõe a todos os democratas?
- *Por que diz o PCP que a acção comum dos democratas é um imperativo nacional?*
- Quais devem ser as tarefas das forças democráticas nos órgãos de soberania ou junto deles, assim como nas autarquias?
- *Qual o papel determinante na evolução política que o movimento operário e popular deve representar?*



O plenário do Comité Central reunido



Álvaro Cunhal, juntamente com Severiano Falcão, dialogando com as populações em Moscavide: uma etapa de uma série de visitas que tem levado o Secretário-Geral do PCP (tal como, aliás, outros dirigentes comunistas) a percorrer as freguesias do concelho

APU em Loures

Apesar de muitas e diversas contrariedades, o trabalho desenvolvido pela Câmara APU em Loures em benefício das populações não deixa lugar a dúvidas. Hoje falamos da habitação e dos transportes. E a conclusão é: a APU merece continuar!

(Pág. 12)

Aniversário da CGTP-IN

À Intersindical

Comité Central Partido Comunista Português reunido 26/9/81 saúda calorosamente Confederação Geral Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional passagem seu 11.º aniversário.

Pelo seu papel unidade e luta classe operária e massas trabalhadoras, pela acção consequente defesa interesses e direitos trabalhadores CGTP-IN constitui importante baluarte defesa regime democrático.

PCP expressa-lhe total apoio e solidariedade.

**Comité Central
Partido Comunista Português**

Comício e espectáculo hoje no Campo Pequeno

(Pág. 4)

SEMANA Nacional

23
Quarta-feira



Luta no sector têxtil

Largos milhares de trabalhadores manifestaram-se nas ruas de Santo Tirso, Guimarães e Covilhã, reclamando do patronato a negociação directa e imediata do contrato colectivo de trabalho único e vertical (CCTUV); a luta prosseguirá amanhã com uma paralisação a nível nacional. Por se encontrarem pendentes na AR múltiplas iniciativas incidindo sobre matérias da maior relevância para o Povo português e para o prestígio das instituições democráticas, o PCP irá propor na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República a convocação de uma sessão suplementar deste órgão de soberania; a informação foi dada hoje pelo Grupo Parlamentar comunista. Cerca de 600 dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), reunidos em Lisboa e representando a quase totalidade das empresas do distrito, manifestam a sua total oposição à política do Governo «AD»/Balsemão, repudiam a caluniosa afirmação do Primeiro-Ministro de que os trabalhadores são um bando de parasitas e classificam este Governo de reaccionário na sua essência e abertamente contrário aos interesses dos trabalhadores, do Povo e do País. O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPCMI) divulgam um comunicado onde se afirma que a eventual adesão de Portugal à CEE apresentada pelo VII Governo constitucional constitui «o colapso final dos pequenos e médios empresários, como está a suceder aos colegas gregos que ficaram à mercê dos grandes industriais e comerciantes europeus».

24
Quinta-feira



Comemoração da independência da Guiné-Bissau

A CGTP-IP denuncia a nomeação, pelo ministro do Trabalho, para a representação dos trabalhadores portugueses da indústria do ferro e do aço à Organização Internacional do Trabalho (OIT), de um indivíduo estranho ao sector e dirigente de uma organização «fantasma»; a central sindical portuguesa sustenta que o delegado deveria ser um dirigente da Federação da Metalurgia, Metalmeccânica e Minas, representativa de 89% dos operários, empregados e técnicos do sector. A APU prossegue a sua campanha pré-eleitoral para as próximas eleições intercalares na Câmara de Loures. Com a presença do embaixador Leonel Vieira, realizou-se nas instalações da Associação de Amizade Portugal/Guiné-Bissau uma sessão comemorativa do 8.º aniversário da independência da República da Guiné-Bissau, tendo sido feita a entrega ao embaixador do material recolhido na campanha de solidariedade com as crianças do seu país. A Comissão de Trabalhadores da ACA (Administração-Geral do Açúcar e do Alcool) repudia o conteúdo do Decreto-Lei 260-E/81 que concede às grandes refinarias privadas, algumas ligadas às multinacionais, o direito de importar açúcar em rama, operação até agora da competência exclusiva daquela empresa pública.

25
Sexta-feira

Reunidos em plenário na cidade do Porto, os sindicatos representativos dos trabalhadores do sector têxtil decidiram promover nova jornada de luta pela negociação do contrato colectivo de trabalho, a partir da próxima quarta-feira. Os representantes dos partidos da Oposição abandonam, antes da votação, a reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, onde a «AD» aprovaria, sozinha, a convocação de uma sessão suplementar do plenário para discussão de alterações ao Regulamento deste órgão de soberania; a Oposição, que se recusou em «bloco» a participar em tal votação, afirma que a «AD» pretende concertar-lhes a possibilidade de exercício de todos os seus direitos constitucionais, sublinhando ainda que a sessão suplementar da AR, a ser convocada, o devia ser para discutir assuntos urgentes e de reconhecido interesse para a generalidade do Povo português.

26
Sábado

Reúne-se o Comité Central do PCP para analisar a situação política. Chuvas torrenciais assolam durante todo o dia de ontem e a madrugada de hoje vários pontos do país, provocando elevados prejuízos em especial nas regiões de Lisboa, Porto, Aveiro e Leiria. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, afirma durante a inauguração da 4.ª edição da Feira Agrícola e Industrial de Gondomar (Porto), «Agrindústria/81», a propósito da entrada de Portugal na CEE que «não podemos fazer do projecto de adesão à Europa a mistura de um "milagre" que tudo iria resolver e de uma aceitação passiva a um "destino" que nos estaria traçado e ao qual não poderíamos escapar».

27
Domingo



APU em pré-campanha em Loures

Morre um pescador e três ficaram feridos, em consequência do tiro de que foi alvo ontem o pescador português de Sines «Porto do Céu», nas águas da República Árabe Saraui, ao sul das Canárias, desconhecendo-se a nacionalidade do navio agressor; o grave incidente levanta mais uma vez a questão da indiferença que o Governo português tem mantido quanto à pesca na costa do noroeste de África, com os pescadores portugueses operando sem qualquer segurança nas costas de Marrocos, Mauritânia e RASD, sem qualquer alternativa para onde possam desviar a RASD, sem qualquer alternativa para onde possam desviar a RASD para as próximas eleições no concelho de Loures, realizaram-se durante este fim-de-semana diversas acções de esclarecimento em várias localidades, com a participação de membros do CC do PCP, nomeadamente Octávio Pato e Carlos Costa.

28
Segunda-feira

A Frente Polisário nega em Argel a autoria do ataque a tiro contra o pesqueiro de Sines «Porto do Céu» nas águas da RASD, que provocou um morto e três feridos, e que alguma informação atribuiu à Polisário; entretanto recorde-se que forças marroquinas costumam actuar naquela zona de guerra com meios marítimos e aéreos que muitas vezes não usam insígnias identificativas. Uma delegação da CGTP-IP à saída de um encontro com o ministro do Trabalho, Queirós Martins, manifesta a sua oposição às alterações que o Governo se prepara para introduzir na legislação laboral.

29
Terça-feira

A República Árabe Saraui Democrática desmente formalmente as acusações feitas à Frente Polisário como responsável pelo ataque a tiro ao barco português «Porto do Céu» e acusa Marrocos de ter praticado o ataque. A ANOP anuncia, em despacho vindo de Nova Iorque, que Portugal pode perder o direito aos créditos do Banco Mundial (BM) devido ao seu rendimento «per capita» e à incapacidade dos últimos governos em gerir os dinheiros que lhe têm chegado dessa organização e do FMI.

Efeméride da Semana - A 27 de Setembro de 1979 dois trabalhadores da Reforma Agrária, António Maria Casquinha, de 17 anos, e João Geraldo Caravela, de 57 anos, de Santiago do Escoural, são assassinados por uma força da GNR em terras da UCP «Bento Gonçalves» durante a entrega de uma «reserva» ao agrário Manuel António Padeira Júnior.

Editorial

«AD», DEMAGOGIA E GOLPE

Não documento aprovado na sua reunião do passado sábado, o Comité Central do PCP sublinha — no seguimento das anteriores análises efectuadas pelo Partido — o facto de a crise da «AD», que conduziu à demissão do governo Balsemão e à constituição do Governo Balsemão/Freitas do Amaral ser o resultado de uma crise mais profunda de carácter económico, social e político.

Em torno da caracterização desta crise tem-se efectivamente travado uma batalha de interpretações e conceitos de manifesta importância política e ideológica. Não é por acaso que a direita, os seus dirigentes, a sua imprensa se esforçaram, durante o período mais agudo dos desentendimentos no seio da «AD» e após a sua aparente ultrapassagem, em darem uma ideia de quezília familiar, de insólita e aparentemente oca discussão entre quadros e dirigentes divididos por obscuras razões internas de «solidariedades», «apólos», «empenhamentos governativos» — ou a sua falta.

Esta tónica, esta aparência permitiria ocultar o que era e continua a ser essencial: que a crise da «AD» e do seu governo foi o resultado da incapacidade da «AD» resolver os problemas nacionais, do agravamento da situação económica e social, da impotência da «AD» para realizar plenamente o seu plano em virtude da firme, massiva e continuada resistência dos trabalhadores e das massas populares.

Contudo, o retrato de «crise interna» pura e simples cumpre ainda outro papel de diversão, visa ainda obscurecer outros aspectos da real situação da direita. Na verdade, as «divergências» não explicitadas, o apressar da crise não a partir das suas razões mas do seu folclore de intrigas, insidias, calúnias e sombrias manobras de bastidores entre os políticos reaccionários oculta dois aspectos igualmente importantes: por um lado, a concordância de fundo de toda a direita quanto ao essencial dos objectivos da «AD», por outro, as diferenças tácticas entre os diversos sectores quanto à forma de os atingir.

Os partidos da periculante maioria reaccionária têm um projecto claro de destruição da realidade nacional criada pelo 25 de Abril. Têm um projecto claro e definido de alteração do regime democrático constitucional que passa pela destruição do edifício económico, do quadro dos direitos e liberdades, do ordenamento institucional do Poder.

A este respeito não existem divergências na «AD»: o conflito surgido há dois meses não derivou do facto de entre a direita surgirem dúvidas quanto aos seus objectivos. Surgiu sim do facto de o governo Balsemão não os conseguir pôr em prática.

Sucedeu porém que tal incapacidade do governo Balsemão não residiu exclusivamente — ou sequer principalmente — na manifesta inoperância e contradições daquele executivo, mas na resposta popular, no funcionamento das próprias instituições democráticas e na confrontação da política do governo com as realidades económicas, sociais e políticas do País.

E é na resposta a dar a estes factos, a dar à vitalidade de massas e institucional das linhas de defesa da democracia portuguesa que há divergências na «AD».

A constituição do Governo Balsemão/Freitas do Amaral significava assim um compromisso entre sectores da reacção que partilhavam dos mesmos objectivos mas apresentavam diferenças quanto à forma de os atingir.

O documento do CC chama a atenção para os previsíveis aspectos diversos de que se revestirá a actuação do VIII Governo. Concretamente, aponta que — para o prosseguimento de uma política no essencial idêntica à de todos os governos da reacção — o actual Executivo além da ofensiva diária contra os trabalhadores, contra as conquistas da Revolução e contra as liberdades e direitos dos cidadãos desenvolverá (conforme os factos já demonstram) uma in-

tensa campanha demagógica paralelamente ao relançamento do plano golpista e subversivo de conquista total do Poder.

Estas duas linhas de actuação reflectem naturalmente pontos de vista tácticos diversos existentes na «AD»: os que pretendem quebrar a resistência popular à destruição do regime mediante promessas e mistificações; os que preferem e privilegiam as formas mais expeditas da conspiração muito especialmente virada para a instrumentalização das Forças Armadas. Da identidade do objectivo se conclui não haver contradições essenciais entre as duas tácticas, entre os seus autores.

A experiência recente do recurso pelos executivos de direita a medidas demagógicas claramente indica a necessidade de serem elas acompanhadas e respondidas com clarividência, prontidão e energia. Dois erros graves podem ser cometidos: por um lado, subestimar o seu impacto e influência, não conduzir contra elas uma intensa campanha de esclarecimento e denúncia; por outro lado, esquecer que tais medidas não são puros actos de vontade da política da reacção, mas sim a consequência directa da própria luta dos trabalhadores e que têm igualmente que ser considerados (e aproveitados) como vitórias reais desse combate.

Concretizando. Se amanhã o Governo «AD»/Balsemão pretendendo embora modificar alguns aspectos da política de ataque à Reforma Agrária, fizesse uma pausa na ofensiva, seria profundo erro não considerar que, a dar-se tal modificação, ela não se deveria a nenhuma reconsideração dos objectivos de destruição da Reforma Agrária, mas sim à luta dos trabalhadores.

Se a «AD» diz que vai rever ilegalidades cometidas nas reservas não se pode pura e simplesmente pensar: «máls paleio»... Pelo contrário, o que há a fazer é continuar a exigir que a legalidade seja respeitada e as promessas cumpridas! Para já, a nova posição do MAP, através das declarações públicas de Basílio Horta, significa o reconhecimento da justeza das denúncias da corrupção e das ilegalidades pelos trabalhadores das UCPs e significa um resultado vitorioso das suas lutas e protestos.

A demagogia governamental não poderá contudo resolver o essencial dos problemas com os quais se debate a reacção. Com ela poderão tender a atenuar tensões, evitar situações de maior tensão social e política (às quais a «AD» poderá não resistir em nova crise interna), mas o essencial da sua prática política continua a ser a destruição do regime, a conquista completa do Poder.

Como é evidente, a destruição de um regime constitucional não pode ser feita dentro da legalidade constitucional. Tal destruição tem de recorrer à força e, sendo um facto que a decisiva força das massas se encontra no campo da defesa da democracia e da Constituição, à reacção mais não resta que o recurso à violência repressiva, o que essencialmente implicaria a instrumentalização das Forças Armadas, o virar das Forças Armadas contra o povo.

Continua a ser este o objectivo essencial da estratégia da «AD», continua a ser este o fulcro do plano golpista com que visa assenhorear-se integralmente do Poder.

O documento do CC do PCP assinala contudo que, no quadro do novo Governo Balsemão/Freitas do Amaral o relançamento do plano golpista é realizado em novos moldes e essencialmente em duas direcções: o prosseguimento dos esforços para a revisão inconstitucional da Constituição e a conspiração inspirada e alimentada pela presença no Governo de personagens tão atacadas no golpismo como Freitas do Amaral no Ministério da Defesa e de Ângelo Correia no Ministério da Administração Interna.

No que se refere à revisão constitucional, assinala o CC o duplo objectivo do projecto «AD»: eliminar da Constituição ou alterar radicalmente os preceitos relativos às grandes conquistas democráticas da Revolução e dissolver o Conselho da Revolução e retirar ao Presidente da República os seus poderes essenciais (designada-

mente o de nomear os chefes das Forças Armadas) abrindo assim caminho à aprovação impune de leis inconstitucionais, à eternização do Governo «AD», à paralisação de intervenção política do Presidente da República ou à sua demissão, à desestabilização da situação militar, ao afastamento dos militares de Abril e à restauração de uma hierarquia fascizante nas Forças Armadas que dê suporte militar ao plano contra-revolucionário da «AD».

O CC do PCP assinala ainda a responsabilidade muito especial que neste campo cabe ao Partido Socialista: na verdade, só os deputados do PS poderão dar à «AD» a maioria de dois terços necessária a qualquer alteração no texto constitucional. Reveste-se de particular gravidade a ideia veiculada por alguns dirigentes do PS (nomeadamente o seu secretário-geral) de que o PS apesar de não estar na disposição de fazer quaisquer cedências à «AD» quanto aos princípios de organização económica e às liberdades e direitos dos cidadãos, admite acordos no que se refere às questões essenciais da organização do Poder (liquidação do Conselho da Revolução, limitação dos poderes do Presidente da República, nomeação das hierarquias militares), o que equivaleria a proporcionar à «AD» o controlo de todo o poder político e militar. O PS daria assim à «AD» os meios materiais para rapidamente destruir a organização económica do País, os direitos dos cidadãos, a própria Constituição e a democracia. A hipótese de uma cedência do PS à direita em tais matérias não encontra como é sabido o apoio de um número considerável de socialistas e faria cair sobre o PS gravíssimas responsabilidades nos perigos para o regime.

MAS a «AD» tem pressa. E além de ter pressa, tem medo. O tempo urge, a resistência popular reforça-se, os compromissos para a revisão inconstitucional da Constituição não são seguros. A conspiração a partir do interior dos próprios ministérios, o forjar dos dispositivos para um golpe assume renovada acuidade. Se, por um lado, dos gabinetes do Terceiro do Paço parte o esforço de alijamento, compromisso e intriga que desestabilize as Forças Armadas e de Segurança e assegure complicitades e apoios a eventuais operações golpistas, por outro lado a própria acção política do Governo tenderá à criação de dispositivos legais que consumem modificações essenciais do quadro institucional. Estão neste caso muito particularmente a definição de uma política de defesa nacional, a elaboração de uma nova lei do serviço militar e a criação de um serviço de informações preparatório de uma nova PIDE.

A crise do governo Balsemão e a sua queda demonstraram uma vez mais que as massas populares e as forças democráticas têm força suficiente para barrar o caminho às manobras e acção da direita, para lhe infligirem derrotas decisivas que conduzam ao seu afastamento definitivo do Poder.

A experiência de luta dos últimos anos aponta com toda a clareza o caminho a prosseguir na defesa do Portugal de Abril: os trabalhadores e o movimento popular continuam a demonstrar dia a dia a sua compreensão destas realidades e a sua determinação de prosseguir a luta.

O salto em frente que a resistência popular tem de dar e pode dar requer apenas uma alteração significativa do quadro de acção das forças democráticas. Requer — como repetidamente o PCP tem afirmado — o estabelecimento de uma plataforma de acção comum das forças democráticas na defesa do regime e com vista à definitiva derrota da «AD».

Na sua reunião de sábado, o CC do PCP renova as suas propostas para um entendimento e uma larga convergência entre os democratas.

A vitalidade do movimento popular e a disposição de luta das massas tornam possível e exigem passos neste sentido.

A derrota do projecto golpista da «AD» está ao alcance do Povo português.

PCP

Delegação de estudo sobre questões de saúde visitou a URSS

No quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética visitou a URSS entre 15 e 22 de Setembro uma delegação de estudo do PCP sobre questões de saúde e administração hospitalar, dirigida por João dos Santos Cardoso, do sector de saúde da Organização Regional da Beira-Litoral do PCP, administrador do Hospital Pediátrico de Coimbra.

A delegação foi recebida no Comité Central do PCUS por V.

Zagladin, membro do Comité Central e 1.º vice-chefe do Departamento Regional de Saúde de Leninegrado, a Escola Médica desta cidade e uma das suas Policlinicas de bairro, onde contactou com as respectivas direcções.

A delegação do PCP observou directamente os êxitos alcançados no campo da saúde na URSS, sob a direcção do PCUS, só possíveis pela política do Partido Comunista e do Estado soviéticos correspondente às aspirações de bem-estar e de paz do povo soviético.

Reunião internacional com a presença do PCP

Promovida pela revista de investigação marxista e socialista «Socialismo no Mundo de Hoje», decorreu em Cavtat, Jugoslávia, de 21 a 26 de Setembro, a Mesa Redonda 81, este ano sob o tema «Socialismo, Ciência e Técnica e Estratégia de Desenvolvimento».

Esta Mesa Redonda, de carácter predominantemente teórico, teve a participação de 130 convidados estrangeiros.

O debate permitiu a abordagem dum largo leque de questões que se colocam a todos aqueles que, nos respectivos

tamento para a Ciência e Saúde Pública. Visitou ainda o Departamento Regional de Saúde de Leninegrado, a Escola Médica desta cidade e uma das suas Policlinicas de bairro, onde contactou com as respectivas direcções.

A delegação do PCP observou directamente os êxitos alcançados no campo da saúde na URSS, sob a direcção do PCUS, só possíveis pela política do Partido Comunista e do Estado soviéticos correspondente às aspirações de bem-estar e de paz do povo soviético.

Festa do PCE

O perigo que representaria a entrada da Espanha na NATO constituiu o tema central da Festa do Partido Comunista de Espanha, que no passado fim-de-semana se realizou em Madrid, no recinto da Feria del Campo.

Por todo a parte se viam cartazes com a palavra de ordem «não à NATO» e raras eram as pessoas que não traziam um autocolante com os mesmos dizeres.

Aliás, este seria também o tema principal da intervenção do secretário-geral do PCE, camarada Santiago Carrillo, durante o comício que se realizou no domingo à tarde. Defendendo a neutralidade da Espanha, Carrillo não só atacou vigorosamente a intenção da direita espanhola em fazer ingressar o país nesta aliança militar dominada pelos norte-americanos como defendeu igualmente a necessidade das bases militares estrangeiras actualmente existentes em Espanha deixarem de existir.

Pronunciando-se pelo desanuviamento — «uma bomba atómica não escolhe entre os que votaram comunis-

ta, socialista ou social-democrata» — o secretário-geral do PCE apontaria ainda o perigo da política norte-americana que pretende fazer da Europa palco de uma nova confrontação mundial.

A entrada da Espanha no Mercado Comum foi igualmente condenada por Santiago Carrillo, que referindo-se a este tema apontou detalhadamente os inconvenientes de tal adesão para os trabalhadores espanhóis.

O Partido Comunista Português fez-se representar

nesta festa dos camaradas espanhóis e o «stand» onde estava patente uma exposição fotográfica dos 60 anos de luta do PCP e onde se vendiam igualmente peças de artesanato e publicações políticas foi ponto de paragem obrigatório para todos os visitantes da Cidade Internacional, tornando-se por vezes pequeno o «stand» face à afluência verificada.

O «Avante!» esteve representado pelo nosso camarada de redacção Torres Rodrigues.

Condolências do PCP aos camaradas do PCE

Um trágico acidente ocorrido na madrugada do passado dia 28 em Espanha, envolvendo um autocarro que transportava militantes comunistas que regressavam à Múrcia depois de terem participado na festa do Partido Comunista Espanhol, em Madrid, vitimou mortalmente vinte e três pessoas e deixou feridas, em estado grave, mais de duas dezenas.

O Secretariado do CC do

PCP enviou nesse dia ao Comité Central do Partido Comunista de Espanha o seguinte telegrama:

«Ao tomar conhecimento do grave desastre que vitimou cerca de duas dezenas de membros do vosso Partido, expressamos ao PCE e às famílias enlutadas sentidas condolências e a expressão da solidariedade dos comunistas portugueses».

À venda

REVISTA INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 763345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, R. Miguel Bombarda, 57-59 DL.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 763345/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779829/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 90 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte, R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776930/776750, Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impreso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 52 413

PCP

Avança no Norte a reorganização

Novo Centro de Trabalho em Paredes

Em Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavêzes, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, a campanha de reforço da organização do Partido progride a passos firmes como se dá conta numa carta recentemente dirigida pelo organismo interconcelhos do Porto do PCP, a todos os militantes destes concelhos.

Aí podem ler-se os avanços em matéria de fundos: "As nossas receitas globais mais que quadruplicaram em relação a 1980. A cotização mais que duplicou em relação ao ano anterior. Pela primeira vez conseguimos equilibrar as nossas receitas e despesas". Mas também a consciência de que é necessário e possível ir mais além: "Apesar disso, ainda temos grandes dificuldades e deficiências no trabalho de fundos a resolver. Apesar do grande aumento de receitas de cotização verificado, ainda cerca de metade dos militantes no interior do distrito não pagam cotas, e as nossas receitas de cotização não chegam a metade das nossas despesas normais". E ainda o caminho para chegar mais além: "Sem dúvida que esta si-

tução tem que ser alterada. Mas só o será quando conseguirmos que todo o militante do Partido pague a sua cota e a atualize para um valor justo".

Pode ler-se ainda que o Partido se implanta com crescente força no interior do distrito. Que foi aberto recentemente um CT em Felgueiras, que a organização do Partido passou a dispor de uma sala de reuniões em Baião. E que brevemente será aberto um CT em Paredes. Sobre o CT a abrir em Paredes a carta diz mais: "O fortalecimento e uma maior capacidade de intervenção do Partido no interior do distrito exige um Centro de Trabalho que pela sua localização e instalações tenha condições para ser o centro onde funcione o organismo de direc-

ção do Partido dos concelhos do interior e os vários serviços de apoio necessários. O CT de Paredes é esse Centro". Só que, para o CT de Paredes poder funcionar, ainda há um caminho a percorrer: "Trata-se de uma casa que embora reúna as condições necessárias, se encontra em bastante mau estado de conservação, o que impõe que se façam ali muitas obras e se proceda ao seu equipamento. Para tal, além de muito trabalho voluntário, é necessário muito dinheiro, tanto mais se tivermos em conta que as despesas normais se manterão (transportes, rendas, salários, propagação, etc.)".

"Com o objectivo de fazer as obras necessárias no CT de Paredes e simultaneamente fazer face às despesas correntes de funcionamento do Partido, o Organismo Inter-Concelhos do Porto decidiu lançar uma campanha de fundos com vista à obtenção de mil contos até Janeiro de 1982. Simultaneamente é feito um apelo ao trabalho militante de camaradas e amigos (carpinteiros, trochas, pintores, etc.) para as obras necessárias, bem como à organização de uma

campanha de ofertas para o novo CT (cimento, cadeiras, mesas, etc.). A organização de brigadas de trabalho, de recolha de ofertas, de recolha de fundos, será feita através de cada comissão concelhia do PCP, ou contactando directamente para o CT de Paredes - Rua Dr. José Magalhães, 16 r/c - Paredes ou ainda, para o CT de Felgueiras, telefone 83363. Como diz a carta a terminar "os mil contos serão alcançados. O CT de Paredes, funcionará brevemente. Outros centros de trabalho se lhe seguirão".



Reunião do Comité Central

Na conferência de imprensa realizada na tarde do último sábado, num intervalo da reunião do Comité Central, o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, informou os jornalistas acerca das principais conclusões da reunião, conclusões essas resumidas e desenvolvidas em dois documentos que inserimos, em suplemento, nesta edição. Álvaro Cunhal encontrava-se ladeado pelos camaradas António Gervásio, da Comissão Política, e Vítor Dias, suplente do CC, tendo respondido a perguntas dos jornalistas, após uma curta intervenção inicial.

Freguesia de Gonçalo vai ter (e merece) um Centro de Trabalho

Uma velha aspiração dos camaradas e amigos do Partido de Gonçalo (concelho da Guarda) vai, finalmente, concretizar-se: a existência de um Centro de Trabalho que satisfaça as necessidades e ajude ao desenvolvimento da organização local. A jornada de trabalho voluntário a realizar no próximo dia 5 assinalará o início da terceira fase da transformação do sonho em realidade.

Mas façamos um pouco de história, para dar melhor a ideia do especial significado de que se reveste o facto, começando por sublinhar que, em todo o distrito, a freguesia de Gonçalo é aquela em que a influência do PCP é maior. Num total de 1142 eleitores, a votação média do Partido e da APU ronda os 300 votos, sendo o número de militantes comunistas um pouco mais de meia centena.

A simples enunciação destes números mostra a grande importância para a freguesia da existência de um Centro de Tra-

balho minimamente capaz. E isso foi coisa que, até agora, não existiu.

Com efeito, entre 1976 e 1979, o trabalho partidário fazia-se num simples quarto que, entretanto, teve nesse ano que ser entregue ao proprietário. As dificuldades para alugar ou comprar uma casa levaram a que na Assembleia da Organização do Partido no Gonçalo, realizada precisamente em 1979, fosse aprovada uma resolução no sentido de se desenvolverem esforços para a compra de um terreno onde se edificaria o

novo CT. Definida esta orientação, o processo acelerou-se. Os comunistas e os amigos do Partido tomaram aquela decisão nas suas mãos e, com o apoio e o estímulo de outros democratas, cuja compreensão e colaboração é de destacar, lançaram uma campanha de fundos que viria a permitir, no início do presente ano, a compra do terreno.

Em Agosto último a Câmara aprovou o projecto do imóvel, restando agora, portanto, a derradeira fase de toda esta "batalha": a construção do edifício. As obras vão ser feitas sob administração directa, o que quer dizer que quanto maior for o trabalho voluntário e mais numerosas as ofertas de materiais de construção e outros, menos dispendioso ficará o Centro.

O dia 5 marcará o arranque das obras, com a limpeza do terreno. O eslopo e a determinação que permitiram aos camaradas locais chegar até aqui, vão-lhes permitir certamente a breve transformação do sonho em realidade. Para que assim seja, a solidariedade dos comunistas de outras regiões e dos democratas em geral, constituirá sem dúvida uma preciosa ajuda. Já

há exemplos, e outros, certamente, se seguirão.

Os comunistas de Gonçalo, assim como os democratas e todo o povo da região, bem o merecem. Porque a melhoria das condições de trabalho do Partido que melhor e mais firmemente defende os interesses populares, é sempre, consequentemente, um benefício para todo o povo.

Debate sobre revisão da Constituição

Orientado pelo camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, realiza-se no próximo dia 9 de Outubro, no Pavilhão do Académico, no Porto, um debate sobre a revisão da Constituição. Na sessão, que tem início às 21.30h, participarão ainda os deputados Lino Lima e José Manuel Mendes.

Vila Verde

Em Vila Verde, Figueira da Foz, comemora-se o 5 de Outubro, por iniciativa da Comissão de Freguesia de Vila Verde do PCP que, no próximo domingo, organiza um almoço-convívio com matança de porco. Este almoço é aberto a todos os simpatizantes, amigos e democratas em geral e realiza-se no Centro de Trabalho de Vila Verde às 13 horas. Terminará com canto livre, participando o Grupo de Música Popular «Os Caminhinhos».

Sorteio

Coube ao número 2901 o prémio - uma máquina da lavar! - no sorteio organizado pela Comissão Concelhia do Montijo do PCP. O contemplado deverá entrar em contacto com a organização do Partido daquele concelho.



Romagem às campas de Casquinha e Caravela

Recordados no Escoural os camaradas assassinados - É preciso continuar a luta

Dois anos depois, não é apenas o luto, mas de novo a luta, que leva milhares de trabalhadores aletenjanos a reunirem-se em Montemor-o-Novo para recordar a memória dos seus companheiros mortos. Casquinha e Caravela, há dois anos atrás, perto daqueles campos, foram assassinados pela política da reacção, dos exploradores, dos agrários, conforme recordou o camarada Fernando Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Partido Comunista Português, que falou durante o comício de domingo passado.



Blanqui Teixeira

quem a trabalha, que logo no seu primeiro ano elevou nitidamente a área cultivada e a produção agrícola, que acabou com o desemprego, com a fome, com a exploração e a repressão utilizadas pelos agrários contra o povo trabalhador, que criou uma nova vida em que passaram a ser contemplados os cuidados para com as crianças com a construção de creches e muitas outras medidas, o apoio à terceira idade, o livre desenvolvimento e uma maior participação das mulheres, os interesses económicos, sociais e culturais das populações em geral.

Eram estes os grandes objectivos por que se batiam os camaradas assassinados. A sua memória fica. Os objectivos continuam. E, ainda com a amargura de os ter perdido e a justa indignação de os ver caídos às balças de uma política que quer fazer voltar o passado, são esses os objectivos que fazem juntar no campo desportivo do Escoural milhares de trabalhadores que não desistem. Que se desiludam - disse

também o camarada Henrique Pinto de Sá, da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP - os inimigos do nosso povo e da democracia, pois que as mortes destes dois camaradas, tal como antes os exemplos de Catarina, Vidigal, José Adelino dos Santos e tantos outros, vêm dar mais força e determinação à luta pela defesa do ideal pelo qual estes trabalhadores tombaram: o da construção de um Portugal livre, justo e liberto da exploração do homem pelo homem.

A voz da juventude fez-se também ouvir. O camarada António Santos, da Comissão Distrital de Évora da Juventude Comunista Portuguesa, frisou que a JCP considera que a melhor forma de prestar homenagem a estes camaradas é continuar a reforçar a luta pela conquista dos ideais pelos quais tombaram.

A luta dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária não é nem será em vão, sublinhou o camarada Blanqui Teixeira, que não se limitou apenas a falar do passado, mas também abordou o presente desta batalha.

Importa chamar a atenção, disse, para o facto de actualmente os próprios ministros e dirigentes da 'AD' serem obrigados a dizer que o que tem sido realizado através do MAP são ilegalidades, que têm de ser suspensas as entregas de reservas, que tem de ser dado cumprimento às decisões dos

tribunais, que a corrupção tem sido a característica da actuação dos principais funcionários e mesmo dos membros do Governo que têm dirigido a ofensiva contra a Reforma Agrária.

Não se pode pensar que estas afirmações, que se vão tornando públicas, seriam feitas se os trabalhadores não mostrassem com clareza a sua vontade de lutar, unidos, em defesa das suas aspirações.

Mas não podemos ficar por aqui, frisou ainda o dirigente comunista. Trata-se de palavras e de promessas. É necessário exigir que se passe a factos. Mas é necessário ter também presente que não será nunca este Governo, um Governo da "AD", que levará para a frente uma política que corresponda aos interesses dos que trabalham.

Dois anos passados sobre o assassinato dos dois camaradas, a luta continua. E Blanqui Teixeira, perante os milhares de trabalhadores presentes na homenagem, lembrou que os que cairam continuam a nosso lado: António Casquinha e José Caravela estão presentes entre nós. Ajudam-nos, com o seu sacrifício, a lutar pela defesa da Reforma Agrária, a lutar pela recuperação do que ilegalmente foi retirado aos trabalhadores, a lutar por uma Reforma Agrária mais completa e que atinja todos os latifundiários, a lutar pelo Pão, pela Democracia e pela Paz.

Nacional

O Banco Mundial quer mandar na água que o Porto bebe

Vem no relatório do SMAS (Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto), num capítulo que leva o título "Relações com o Banco Mundial". E segundo aí se diz, tudo começou quando em Março de 1979 foi pedido àquele organismo, através do Governo, um financiamento para a concretização do projecto da Condução Elevatória de Zebreira-Rosende-Jovim.

A partir desse momento terão começado os serviços a receber visitas, "mais ou menos assíduas" de técnicos daquele Banco. Poderá pensar-se que tais visitas se destinavam à análise da viabilidade técnica ou mesmo económica do projecto, já que o Banco o iria financiar. Pura ilusão! Entre 6 e 9 de Maio de 1980, uma "missão" de 4 técnicos do Banco Mundial, reúne com representantes dos SMAS, com uma agenda de trabalho de que consta, nem mais nem menos, os seguintes pontos:

"Estado do avanço das negociações destinadas à formação da federação dos municípios do Grande Porto; aumento das tarifas de ven-

ta de água e taxas de saneamento; estudo económico e financeiro e funcionamento administrativo dos municípios a integrar (trata-se do Porto, Gondomar, Valongo, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa do Varzim e Espinho, segundo o referido "projecto"); audição da opinião dos responsáveis pela gestão dos municípios". A pretensão do financiamento dum conduta para água, seria difícil ir-se mais longe!

E a partir daí tudo o que se pode ler é um desfiar de ordens, instruções e exigências, chegando-se ao ponto de serem relatados telefonemas e correspondência de Washington, dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, marcando prazos a observar pela CMP no cumprimento das directrizes traçadas pelo Banco Mundial, no que respeita às matérias da agenda acima referida.

Um caso lapidário

Entretanto, muito está por esclarecer. Sabe-se que o executivo/AD da CM do Porto decidiu aumentar há meses as tarifas da água, con-

tra a decisão da Assembleia Municipal do Porto. Sabe-se que o Banco pretende financiar apenas um projecto que seja da responsabilidade da dita Federação de Municípios (na qual se tem empenhado a Comissão de Coordenação da Região Norte). Sabe-se que o projecto para o qual foi pedido financiamento, projecto "já superiormente aprovado e de que se ultimavam os projectos de execução e de construção civil foi posto de lado, e que terá havido conversações à margem da CMP em que "por exigência (ou acordo?) do Banco Mundial". Foi encarregado um consórcio de gabinetes consultores de efectuar um estudo sobre o abastecimento de água à região, que já nada tem a ver com o projecto para o qual inicialmente fora pedido o financiamento.

Sabe-se que tudo isto consta do referido relatório porque na relação com o Banco Mundial, o Governo tem usado como interlocutor o Presidente de Coordenação da Região Norte e marginalizado o Presidente da Câmara do Porto e Presidente do SMAS, arquitecto

Coelho de Magalhães, o que atendendo à folha de serviços reaccionária deste, se pode considerar uma ingratidão, e o próprio considera "uma deslealdade".

Não se sabe, finalmente, se haverá algum dia financiamento do Banco Mundial para alguma obra. Um caso lapidário da propaganda "ajuda" prestada pelas instituições imperialistas, insistentemente apresentadas como clubes filantrópicos pela comunicação social e ideólogos da reacção.

Mas sobretudo um exemplo vivo do grau de degenerescência política e da mais completa subserviência e submissão do governo AD face ao imperialismo, do seu mais completo desprezo pela soberania popular e pelo exercício do Poder Local democrático. Um caso que toma claro a hipocrisia e cinismo das campanhas de "regionalização" encabeçadas por aqueles que para manipularem as populações, não hesitam em clamar contra o "centralismo do Território do Paço", como testas de ferro que são de facto do grande capital associado ao imperialismo.

Novas iniciativas contra a bomba N e pela paz

Alarga-se no Porto o movimento de protestos contra o fabrico da bomba de neutrões. Estão já recolhidas milhares de assinaturas num abaixo-assinado de protesto, que exige a revogação da decisão de produzir a bomba de neutrões.

Amanhã, às 19 horas, os promotores do abaixo-assinado farão a sua entrega no consulado dos EUA, convidando todos os signatários e a população do Porto em geral a estarem presentes no acto de entrega. Entretanto, tornaram públicas as suas posições o Movimento Democrático das Mulheres do Porto, a Comissão de Trabalhadores da Seps e a Assembleia de Freguesia de Valbom, em documentos onde se lança o apelo à opinião pública e às mulheres em especial para que juntem o seu protesto ao de milhões de cidadãos do mundo que condenam a produção de tal arma e em que se considera a decisão

de fabricar a bomba de neutrões um desprezo pela vida e opinião das populações de todos os países, incluindo os EUA.

Entretanto, integrada nas comemorações da Semana do Desarmamento das Nações Unidas, que decorre de 24 a 31 de Outubro, a Comissão de Desarmamento do Conselho Português vai realizar na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, de 16 a 31, a II Quinzena da

Cultura e da Paz, que constará de uma exposição-venda de obras de artistas plásticos e livros de escritores portugueses.

Aderindo a esta iniciativa corresponderam já numerosos artistas plásticos com ofertas dos seus trabalhos. Como este ano se celebra o centenário de Picasso, durante a quinzena será promovida uma homenagem a este grande lutador pela paz com um colóquio sobre a sua vida e obra.

Festa em Avis no Fim do Ano Agrícola

Vai ser uma grande Festa, a que se realiza no próximo sábado no Monte de Camões, em Avis. É a Festa do Fim do Ano Agrícola, promovida pela Cooperativa de Produção 1.º de Maio.

Um variado programa, que começa logo às 7 da manhã com alvorada de foguetes, no decorrer do qual não apenas divertimento e confraternização mas também reflexão sobre o trabalho feito preencherá todo o dia 3 de Outubro.

Vamos ao programa: às 8.30 horas, concentração junto da sede; às 9, a Banda Filarmónica do Barreiro percorre as ruas de Avis; às 10, chegada ao Maranhão; às 10.30, apresentação de parte do efectivo pecuário; às 11, exposição de máquinas e al-

faías agrícolas. E depois o almoço, às 13 horas.

A parte da tarde começa às 14.30 horas, com a apresentação dos ranchos folclóricos «Pastores de S. Romão», da Serra da Estrela, «Cantarinhas», das Eireiras, e «Sete Saías», de Benavente. Às 17 horas realiza-se o plenário para a apresentação do plano agrícola para o ano de 81/82.

Às 19 horas é o jantar. E depois, a partir das 21 horas, um baile, com o conjunto «Niger», de Torres Novas.

No decorrer da festa são apresentadas algumas surpresas com a participação de artistas de rádio e televisão. Há serviço de restaurante local. Mas também se pode levar favel.

Reuniu a Comissão Executiva da DORAA

Um comunicado da Comissão Executiva da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP tornou públicas as principais conclusões resultantes de uma reunião que aquele organismo do Partido levou a efeito no passado dia 21, a primeira das quais sublinha a necessidade absoluta de uma política ferver de todas as forças democráticas regionais no sentido de fazer frente à actual ofensiva política e legislativa do Governo da região e das forças de direita em geral.

Manifestando a total disponibilidade para analisar em conjunto com outras forças políticas democráticas a situação complexa que se vive no arquipélago, a Comissão Executiva da DORAA verifica o agravamento e a degradação generalizada das condições de vida dos trabalhadores e o agravamento dos problemas gerais da região na sequência da ofensiva político-administrativa do GR. Também sublinha que se aceniam com manobras tendentes a criar condições para a revisão anticonstitucional da Constituição, nomeadamente no que diz respeito a alterações que visam a consolidação do domínio económico, social e político da Região pela classe que detém actualmente o poder nos Açores, denunciando o empenhamento do PCP e do Governo Regional mostram em anular o artigo 230.º da Constituição.

Finalmente a CE da DORAA decidiu convocar para o dia 10 e 11 de Outubro uma Reunião Plenária da DORAA, que marcará a data e local da realização da 1.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores.

Camaradas falecidos

Estevão Caeiro

Faleceu no passado dia 26 no Hospital Concelhio de Serpa, onde se encontrava internado, o camarada Estevão do Rosário Caeiro, de 64 anos, natural de Plas, que deixa viúva e quatro filhos e era irmão do camarada Manuel do Rosário Mota, ex-deputado na assembleia da República. Pertencia ao colectivo da UCP «Esquerdas Vence- rá», onde deixa muitos amigos.

José Assunção Costa

Com 71 anos de idade, faleceu no passado dia 23 o camarada José Assunção Costa, que militava na organização da 4.ª zona do Comité Local de Lisboa, freguesia da Penha de França.

Aos familiares dos camaradas falecidos o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Encontro de quadros ● Santarém e Famalicão

Realiza-se no próximo domingo, dia 4, pelas 10 horas, nas Instalações da Escola Preparatória, em Santarém, um encontro de quadros da Organização Regional de Santarém do PCP.

O encontro destina-se a debater aspectos da Organização do distrito e a situação política. Participará o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política e do CC do PCP e deputado. Também em Vila Nova de Famalicão, já no próximo sábado, realizar-se-á no Centro de Trabalho do PCP um plenário geral de militantes para discussão da situação política e conclusões da última reunião do CC do PCP e ainda a campanha de fundos para o restauro do Centro de Trabalho.

Trabalhadores

Aniversário da CGTP-IN

Luta e festa nos 11 anos da Intersindical

- Comício às 21 horas no Campo Pequeno
- Comemorações prolongam-se pelo mês corrente em todo o País

As comemorações do 11.º aniversário da Intersindical, nome com que nasceu durante o fascismo e mantém hoje a Central unitária dos trabalhadores portugueses vão, segundo a USL, reflectir entre outros aspectos da realidade político-sindical, a «afirmação da vontade firme dos trabalhadores de defenderem a legalidade democrática, a Constituição da República e os direitos, liberdades e garantias que esta consigna e lhes reconhece».

Toda a imprensa democrática, bem como sindical que sai por esta altura dá relevo ao 11.º aniversário da CGTP-IN. O mesmo acontece com a preparação do programa nacional das comemorações que se iniciam, como foi amplamente anunciado, hoje, quinta-feira com o comício, que inclui um espectáculo de encerramento, a realizar pelas 21 horas na Praça do Campo Pequeno, em Lisboa, com dirigentes da USL e do secretariado da Central. **Com a CGTP-IN pela defesa do regime democrático; por uma vida melhor; unir, organizar, lutar** são os objectivos centrais do comício promovido pela União dos Sindicatos de Lisboa.

Nos outros distritos, várias realizações de carácter desportivo e cultural irão assinalar a data, saudada entretanto por grande número de associações sindicais e democráticas, do movimento operário e popular e da juventude. Sintomático é que em todas as saudações, programas já estabelecidos, comunicados e entre tomadas de posição aprovadas colectivamente, as comemorações figuram sempre como uma «resposta dos trabalhadores aos desígnios do Governo AD e à arrogância do seu Primeiro-Ministro», como à semelhança de outras refere a União dos Sindicatos de Portalegre. A par das comemorações, em uníssono com o seu programa e influenciando naturalmente o seu desenrolar, decorrem várias lutas em sectores e empresas envolvendo centenas de milhares de

trabalhadores. São bem conhecidos os casos dos têxteis em luta a nível nacional, dos pescadores de arrasto e Caparica em luta por melhores salários, condições de trabalho e indemnizações pelos prejuízos causados pelas manobras da NATO, bem como em outros sectores e numerosas empresas em luta pela contratação colectiva, por cadernos reivindicativos, contra a repressão, em defesa das nacionalizações e na generalidade pela salvaguarda dos fundamentos económicos e políticos em que assenta o regime democrático perigosamente ameaçado pelo novo Governo AD.

Um breve balanço

Num balanço sucinto de um ano de actividade da CGTP-IN é forçoso destacar o reforço da organização sindical, da estrutura que serve de

alicerce ao movimento sindical unitário em todo o País.

A par desse reforço, decorreu ininterruptamente a luta pela unidade e pelo isolamento dos divisionistas ou dos fomentadores do divisionismo sindical, contra a sua actividade nas empresas e sectores onde a luta é mais dura e onde os inimigos da unidade, conseguida em acções concretas, aproveitam todos os erros e fraquezas para penetrar entre os trabalhadores organizados e com a ajuda do patronato procurar dividir-los invocando falsos problemas, falsos motivos para desagregar a luta comum que interessa às várias categorias profissionais. O reforço da organização, designadamente das estruturas intermédias da Central — as Federações — e os progressos alcançados na fusão e verticalização sindicais, juntamente com a luta pela unidade que acabamos de referir, continuam a ser duas linhas de acção a que se tem juntado a luta sempre presente em defesa das conquistas revolucionárias de Abril e por melhores condições

de trabalho e de vida, pela melhoria das condições económicas e sociais das grandes massas de trabalhadores, sejam ou não filiados nos sindicatos. Ainda no plano da organização é de salientar a realização de numerosos congressos de Federações sindicais, designadamente nos têxteis, comércio, gráficos, pescas, professores e indústria alimentar. Houve também encontros sobre vários temas: direito do trabalho, juventude, empresas nacionalizadas, emigração, reestruturação administrativa e financeira. Nas lutas reivindicativas, com relevo para a contratação colectiva evitou-se a imposição de um tecto salarial. Obtiveram-se aumentos salariais entre os 20 e os 25 por cento, quando o Governo, como é sabido, tentava não ultrapassar os 16 por cento e muitas vezes nem aí queria chegar.

No primeiro semestre deste ano, mais de um milhão de trabalhadores foram forçados a recorrer à greve e à paralisação para fazerem valer direitos elementares no que respeita à

recuperação do poder de compra, nomeadamente em matéria salarial e, por vezes, para manter garantias contratuais já alcançadas em convenções anteriores. Paralelamente às lutas em sectores como a Função Pública, Metalurgia, Indústrias Eléctricas e Comércio, em que se registaram alguns êxitos salariais assinaláveis, apesar do aumento constante dos preços, desenvolveu-se em muitas empresas a luta pelos cadernos reivindicativos de acordo com as realidades de cada caso e salvaguardando os postos de trabalho. Na generalidade das acções em defesa do regime democrático que consta da Constituição, a Central unitária dos trabalhadores portugueses nunca deixa de assinalar a sua presença, não só através das várias formas de luta adoptadas pelos sindicatos filiados, mas através das diligências de várias ordens junto dos órgãos do poder, pressionando no sentido da solução dos conflitos, mobilizando os trabalhadores, realizando encontros como os das empresas públicas e nacionalizadas e o da banca, enfrentando as tentativas dos governos AD para desnacionalizar, na prática, grandes empresas como a RN e a EPAC entregando as partes lucrativas ao grande capital privado, e

desmembrar a TAP, a Setenave. O mesmo sucedeu com a mobilização em torno da defesa da Reforma Agrária e da generalidade dos direitos e conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras.

Lutas de hoje

Essas lutas e acções de um ano inteiro prosseguem naturalmente hoje em outros sectores como os têxteis, os pescadores, os químicos, em defesa da legislação do trabalho, ou melhor, contra a revisão de que continua ameaçada pelo Governo AD, contra a ofensiva generalizada do grande patronato organizado e dos grandes grupos financeiros ligados ao exterior para dominar a Banca nacionalizada e pô-la ao seu serviço, utilizando os gestores da confiança da AD, tentando reduzir a nada, em termos de nacionalizações, em termos de interesse público, empresas como a AGA (Administração-Geral do Açúcar e do Álcool).

O 11.º aniversário da Central unitária vai decorrer no meio das reivindicações mais urgentes para as grandes massas trabalhadoras do têxtil e designadamente do vestuário, dos pescadores, dos químicos, da hotelaria. Além do sector têxtil, que volta à greve a iniciar hoje por subsectores e zonas geográficas, há que

atender com urgência aos trabalhadores das empresas ameaçadas de encerramento ou de falência, com meses de salários por pagar aos trabalhadores, na maioria mulheres e das mais mal pagas do País.

A Algot e a Félix da Póvoa de Varzim são dois exemplos eloquentes do estado em que se encontra o subsector do vestuário. Como em outras localidades, os problemas dessas empresas mobilizam, além dos sindicatos e dos de outras organizações representativas dos trabalhadores, as próprias autarquias, pois se trata de problemas que interessam a toda a população, naqueles casos da Póvoa de Varzim, afectando mais de um milhão de famílias poveiras. Por isso a Assembleia Municipal, sob proposta da APU, tomou posição sobre o assunto recomendando à respectiva Câmara que efectue diligências junto dos ministérios adequados e do Governo para se encontrar uma solução que mantenha abertas aquelas empresas com encomendas para os trabalhadores. Depois da greve nacional de 24, milhares de trabalhadores têxteis participavam, entretanto, em manifestações organizadas no Porto, em Santo Tirso, Guimarães e Covilhã. A reivindicação maior era e é a negociação directa e

urgente do contrato de trabalho único e vertical para todo o sector. As adesões à forma de luta adoptada, por zonas e subsectores, oscilam entre os 75 e os 100 por cento.

Em Santo Tirso, que é uma região tradicionalmente ligada ao têxtil, foram cerca de 2000 os trabalhadores que se dirigiram em manifestação até ao sindicato onde se efectuou um comício.

Os manifestantes decidiram-se pelo protesto público na rua durante um plenário de trabalhadores quando tomaram conhecimento de que na M. Monteiro Costa o patrão tinha agredido um delegado sindical que à porta da empresa procurava ganhar os trabalhadores para a luta.

Em Santo Tirso o nível da adesão foi elevado: Arnaldo Abreu, 90 por cento; Empresa Industrial do Arco, 95 por cento (nesta empresa aderiram à greve mestres afinadores e trabalhadores filiados no Sindetex/UGT, o paralelo dos têxteis); Natarfil 95 por cento; Malhas Silves, 90 por cento. A Algodoeira do Castelo, no concelho da Maia, paralisou pela primeira vez, mas a 100 por cento, a Têxtil das Guardelinas a 98 por cento.

Outras empresas no Norte e Centro, designadamente em Fafe, Vila Nova de Gaia, Covilhã, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Braga, foram obrigadas a parar pela elevada adesão à greve, que registou percentagens superiores a 90 por cento. Um plenário de Sindicatos Têxteis realizado, entretanto, concluiu que a adesão a nível nacional foi de 75 por cento até 25 de Setembro findo e que nas manifestações e concentrações da passada quinta-feira tomaram parte mais de 15 mil trabalhadores.



As imagens são de há uma semana no Porto, mas podiam ser da Covilhã, Santo Tirso, Fafe, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Famalicão... Onde há fábricas de têxteis, vestuário e actividades afins, a luta mobiliza, há manifestações. As reivindicações são justas, a adesão cresce, e preciso lutar



Numa palavra: mobilização

Além das iniciativas anteriores à realização do comício na Praça do Campo Pequeno, nomeadamente encontros de activistas e de dirigentes sindicais para a elaboração de programas, cuja realização deve ser levada a cabo durante o mês de Outubro, e de várias iniciativas de outra ordem que certamente só serão anunciadas mais tarde, o programa geral das comemorações do 11.º aniversário da CGTP-IN tem movimentado amplas camadas de trabalhadores por todo o País.

Alguns destaque merecem, no que respeita a Lisboa e Setúbal, a deslocação de representantes do secretariado nacional da CGTP-IN ao Barreiro, que incluiu uma visita às instalações fabris da CP. Depois de um encontro com representantes da União dos Sindicatos de Setúbal, de dirigentes da Federação dos Sindicatos Ferroviários do Sul (recentemente criada por via da fusão de várias associações sindicais de Setúbal, distritos do Alentejo e Faro) e da comissão de trabalhadores da

CP, realizou-se na cantina desta empresa uma assembleia de trabalhadores que aprovaram uma saudação pelos onze anos de duras lutas que «temperam a firmeza e a determinação dos trabalhadores» para «vencer as forças do passado e do retrocesso agora no Governo». Outras saudações foram entretanto aprovadas por organizações representativas dos trabalhadores com destaque para a indústria vidreira.

A União dos Sindicatos de Lisboa, responsável

pela realização do comício de hoje à noite, na Praça do Campo Pequeno, abriu entretanto um concurso para premiar o melhor pano alusivo às comemorações que aparecer no comício.

A USL distinguirá também as melhores fotografias a preto e branco ou a cores, que os trabalhadores tirarem durante o comício.

No distrito de Lisboa, durante todo o mês de Outubro haverá no âmbito das comemorações plenários de trabalhadores nas principais empresas que tomarão a forma de sessões evocativas da data de 1 de Outubro de 1970 e incluirão espectáculos musicais, visitas de dirigentes da CGTP-IN e debates sobre questões relacionadas com o movimento sindical e com o sindicalismo.

O desporto não faltará. Para o distrito de Lisboa, estão já anunciadas várias iniciativas de interesse como o I torneio de xadrez; o III concurso de pesca desportiva; e o II torneio de ténis de mesa.

No distrito de Setúbal, haverá também pesca desportiva (Rio Frio), um torneio de damas no Montijo, natação no Barreiro, atletismo em Setúbal, ténis de mesa em Semimbra e teatro na Moita.

Em 30 de Outubro um espectáculo de rock juntará certamente muitos jovens e outros menos jovens em local a anunciar. Ainda em Setúbal, ha-

verá visitas de dirigentes da Inter a empresas do distrito onde as comemorações vão assinalar o começo de uma campanha de sindicalização. No Algarve, a União dos Sindicatos de Faro organizou um vasto programa de comemorações que inclui acções e actividades para todo o mês em curso. No dia 1, haverá plenários em várias empresas do distrito. No dia seguinte, dirigentes da Central e membros da União farão algumas visitas a essas ou outras empresas. Em Vila Real de Santo António foi anun-

ciada para o dia 3 uma sessão comemorativa. Deve realizar-se na sede do Lusitano Futebol Clube.

A USL, que chama entretanto a atenção para o momento político que se vive, para a situação social das classes trabalhadoras e para o «agravamento da crise generalizada que afecta o País», encara as comemorações do 11.º aniversário como «mais uma razão de convívio de todos os trabalhadores, um estímulo à sua mobilização e ao estreitamento dos laços de unidade imprescindíveis à continuação da luta».

Trabalho de massas — factor de arranque

O trabalho decorrente das reuniões intersindical anteriores ao 25 de Abril — citamos a «Alavanca» do 10.º aniversário — desenvolvia-se fundamentalmente em três frentes: uma frente legalista, uma frente de massas e uma frente organizativa. O alargamento do trabalho de massas asseguraria a vitória de muitas e importantes lutas, conferindo ao Movimento Sindical um carácter revolucionário que muito contribuiu para derrubar a ditadura; foi esse trabalho de massas, à partida, o factor de arranque mais importante, o qual permitiria também a conquista gradual de sindicatos, através de comissões e grupos pró-sindicais.

Recordando Outubro de 1970

No ano passado por esta altura, a revista «Alavanca», órgão da CGTP-IN, convidava alguns dirigentes sindicais, fundadores da Inter, para um debate sobre o nascimento da Central.

São algumas das palavras introdutórias a esse debate que transcrevemos a seguir:

No dia 1 de Outubro de 1970, foi convocada uma reunião sindical que veio a realizar-se a 11 do mesmo mês. Compareceram representantes de 14 sindicatos, que discutiram problemas da contratação colectiva, horários de trabalho, liberdade de reunião e censura.

Ficou decidido fazerem-se regularmente reuniões intersindical para se traçar uma linha de acção comum em defesa dos trabalhadores face ao governo de Marcelo Caetano. Este liberalizara a legislação sindical no

ano anterior, mas estava já a deixar cair a máscara pseudo-liberal, criando dificuldades à realização de reuniões sindicais.

Assim nasceu a Intersindical, visando coordenar a acção dos dirigentes sindicais que contestavam o poder fascista.

Esta luta surgia estreitamente ligada à luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, conduzida nas empresas desde há muito.

Foi porque correspondeu às expectativas e à disposição de luta das massas trabalhadoras que a Intersindical se impôs e subsistiu.

Foi porque os homens eleitos para as direcções sindicais souberam com coragem e realismo coordenar a sua acção sindical que esta conseguiu ser eficaz.



Capacidade de mobilização um dos «segredos» do progresso da CGTP-IN

Trabalhadores

Empresas-fantasma sugam a Lisnave

● As sanguessugas são conhecidas: trazem o rótulo do 24 de Abril

A família Mello, ou grupo Mello-Deutsche-Morgan (M-D-M) como querem chamar-lhe, é soberanamente conhecida do tempo do fascismo para que seja necessário perdermos tempo a identificá-la como um dos grandes focos do monopólio do capital financeiro no Portugal anterior ao 25 de Abril. Um dos baluartes dessa família era a Lisnave. Pois é lá onde eles estão outra vez. Embora a maioria do capital da empresa não pertença ao seu grupo e grande parte seja do Estado, José Manuel de Mello é o chefe do seu conselho de administração. Esta pequena nota de arquivo poderia dispensar-se, se não fosse esse nome, o nome dos Mellos que aparece novamente a encabeçar uma acção bem planeada para a descapitalização progressiva da Lisnave enquanto os seus

lucros são desviados para empresas-fantasma que sugam os estaleiros da Margueira e tentam retrair-lhes o essencial da sua capacidade económica para serviço exclusivo do grande capital privado, cuja sede principal parece desta vez instalada no estrangeiro.

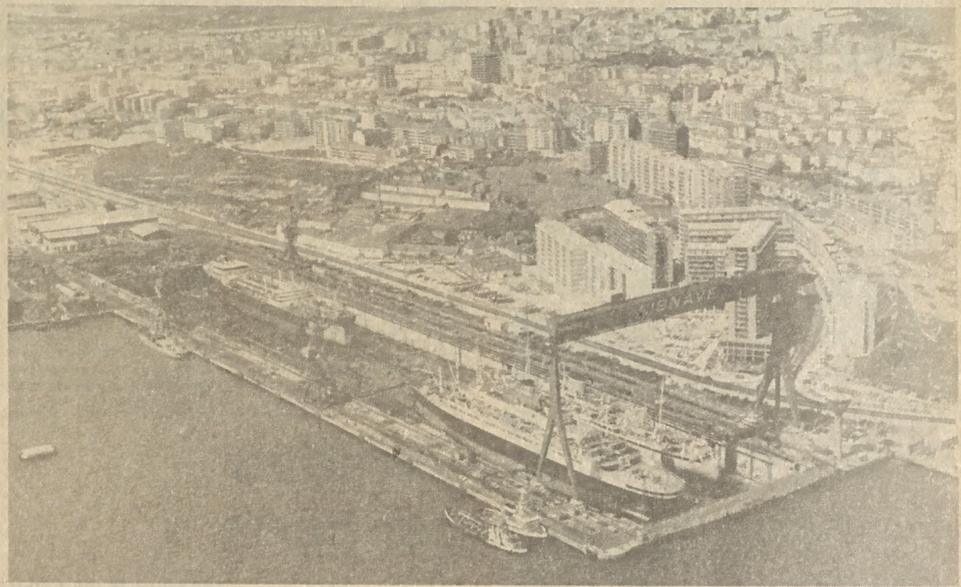
Mas os Mellos estão cá. Por isso, embora talvez haja mais (é ver o caso dos têxteis no Norte, onde os Mellos têm investido fortemente através da M-D-M), podemos enumerar para já, e só relativamente a firmas criadas a partir da Lisnave, 3 dessas empresas-fantasma incluindo posições entretanto adquiridas pelo mesmo grupo em empresas conhecidas e uma candidata à exploração do refectório. Enumeremos então essas 8 empresas. Navelink; o GTI (Gabinete Técnico de Informática); acções na Parry & Son; idem

na Frinil; ibidem na Metalúrgica Luso-Alemã; Metalúrgica Luso-Italiana (controlada pelos Mellos); Gertal (candidata ao refectório); e Boliden Intertrade Portugal, Lda. Ninguém pode negar aos Mellos o nome de quem for o direito de investir. Mas não é esse o caso. A lista que acabámos de citar, e que já veio a público sem desmentido, é formada quase toda (para além do dinheiro da Lisnave investido em acções do capital privado) com serviços que inicialmente pertenciam à empresa e que deveria e poderia ser ela a explorar, sem prejuízo dos capitais públicos ao contrário do que sucede quando os Mellos entregam os projectos mais rendosos a empresas privadas que controlam ou, de qualquer modo, detêm em seu poder. Por este andar, qualquer dia a Lisnave ficará apenas com o que não dá lucro, seguindo assim aceleradamente na esteira da política AD para destruir as

nacionalizações, na prática, antes da revisão constitucional.

Fácil...

A Navelink não é nada. É apenas um nome que cobre, privadamente, a ex-Divisão de Expansão da Lisnave. O GTI (Gabinete Técnico de Informática) é a ex-Seção de Informática da Lisnave. As acções adquiridas na Parry, na Frinil, na Luso-Alemã (empresas privadas) permitem que José Manuel de Mello as controle administrativamente. Na Luso-Italianabastou que o nome desta empresa privada passasse a figurar num catálogo recentemente editado pela Lisnave oferecendo serviços de recuperação de componentes mecânicos — negócio rentoso, ao que parece. A Lisnave tinha naturalmente uma Divisão que recuperava aqueles componentes.



Com a Gertal o assalto não vai ser fácil. Crisóstomo da Silva, dono da firma, que gira na órbita dos Mellos, quer apoderar-se da exploração de um restaurante que serve cerca de 7000 refeições diárias. Ele há cada negócio Escusado será acrescentar que a Lisnave possui um refectório que emprega, só ele, cerca

de 400 trabalhadores. E ele que está na mira da Gertal. A Boliden, de que são sócios a Boliden sueca e o Mello da Lisnave, é a desgasificação e limpeza de navios para as quais os estaleiros da Margueira já se encontravam preparados tendo desenvolvido para o efeito tecnologias modernas, chamadas

de ponta. Esses serviços foram arrendados à Boliden, apesar de a Lisnave poder perfeitamente vir a encarregar-se deles. Afinal, todas essas empresas passam ou querem passar a fornecer serviços, projectos ou outra qualquer coisa que se venda à empresa Lisnave.

Que nome se poderá dar a mais estes escândalos, quando sabemos o que se passa na banca nacionalizada (ver artigo nesta página) e quando se pretende, como é o caso bem nítido da Lisnave, acabar de vez com qualquer intervenção organizada dos trabalhadores na vida das empresas.

Na CTM Negócio sujo contra o País

Uma agência de viagens, propriedade de uma empresa nacionalizada, acaba de ser vendida ao desbarato. Como tem sucedido noutros casos, a agência era uma parcela lucrativa da empresa. «De uma forma subtil — acusa a célula do PCP na CTM — o conselho de gerência acaba de fechar negócio com o capitalismo nacional e internacional, cedendo «pela bagatela de 2500 contos a sua posição» — a posição da Companhia de Transportes Marítimos — na agência de viagens que funcionava na Rua Augusta, 152, em Lisboa.

Quem ficou a ganhar com a transacção (é favor chamar-lhe assim) foi a firma Executivo-Viagens e Turismo, uma sociedade com o capital social de 7 mil contos. Sócios: a Prisma (quota de 1820 contos), a Agetrat (2590 contos) e a CTM (2590 contos). Esta — a antiga proprietária — fica assim apenas com 37 por cento daquele capital, numa empresa que era património público e que só em passagens aéreas atingiu em 1980 os 20 mil contos.

O capital público ficou assim em minoria numa empresa que lhe pertencia inteiramente. O Governo do grande capital e dos negócios chorudos manda às urtigas a Lei do País para fazer favores inconfessáveis a meia dúzia de tubarões e oportunistas.

É preciso que isto acabe. A célula do PCP na CTM manifesta a sua indignação e o seu protesto pelo que se passa impunemente na empresa. Responsabilizando os gestores e o Governo afirma: Isto é um roubo ao património público e nacionalizado; constitui uma violação clara do princípio constitucional que garante as nacionalizações; é no fundo uma forma habilidosa de desnacionalizar, desmantelando as empresas públicas aos poucos e entregando-as assim ao sector privado e escudando de preferência os sectores lucrativos das mesmas, como é o caso em apreço.

Capitais árabes «Por outro lado — acrescenta o comunicado da célula da CTM de 23 do corrente — os 17 navios

em segunda mão previstos no ASEP (Acordo de Saneamento Económico e Financeiro) e que iriam aumentar a debilitada frota da Companhia de Transportes Marítimos não serão afinal comprados por esta empresa nacionalizada, mas «por uma sociedade que terá a sua sede na Libéria e 3 750 000 dólares de capital social». A CTM participará com 50 por cento nesses dólares. A outra metade vai para o estrangeiro. Fica a «pertencer a uma sociedade financeira suíça, a IMM — International Maritime Management, por detrás da qual se encontram capitais árabes».

A célula acrescenta que «também neste caso é constituída uma sociedade «leasing» (com grossos capitais estrangeiros naturalmente muito privados) que irá depois alugar esses navios à CTM».

O capitalismo internacional — sublinha a célula — é assim brindado com um chorudo negócio. O futuro da CTM, atendendo ao conteúdo de algumas cláusulas do acordo já efectuado, fica perigosamente comprometido.

Depois de se referir com algum pormenor e preocupação ao clima que reina na empresa, designadamente perante o perigo de «destruição da CTM levada a cabo pelo Governo AD e pelos seus serventúrios sob pretextos de reestruturação, que não é a que os trabalhadores desejam, pois que «é feita de cedências ao imperialismo e põe em causa o futuro da empresa», o comunicado da célula apela à vigilância dos trabalhadores, designadamente os do

DTO. Refere o atraso no pagamento dos salários de Julho findo como sendo uma «tentativa de chantagem», que «não surtirá os efeitos pretendidos», e, naturalmente alerta para a defesa dos postos de trabalho e para a unidade necessária à substituição deste Governo por uma alternativa democrática que altere a presente situação na empresa e no País.

«Desde 1976 que os trabalhadores da CTM se batem afinadamente pelo aumento do número de navios da empresa e da respectiva tonelagem; pelo aumento da percentagem de participação da marinha mercante portuguesa no comércio marítimo de importação e exportação; pela manutenção e defesa dos postos de trabalho; pela defesa intransigente do património da empresa e da sua nacionalização. O conselho de gerência da CTM não persegue os mesmos objectivos; bem pelo contrário, tem-se mostrado fiel executor da política de destruição das empresas públicas levada a cabo pelos Governos AD. Outra coisa, aliás, não seria de esperar, uma vez que estão agarrados a um «tacho» recheado, entre outros acepipes, por principescos vencimentos, superiores aos do próprio Presidente da República e de membros de outros órgãos de soberania», conclui a célula do PCP.

Na banca nacionalizada O regresso do patrão

António Manuel Espírito Santo é o patrão dos gestores AD na banca nacionalizada, afirma o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP.

No seguimento de numerosas tomadas de posição em defesa das nacionalizações, nomeadamente da parte do grupo parlamentar do PCP, contra a venda de participações do Estado leiloadas ao desbarato pelo Banco Português do Atlântico, o referido Organismo revela que se encontra em movimento uma operação gigante de interligação da banca nacionalizada ao grupo financeiro Espírito Santo.

O próprio Banco de Portugal facilitaria as coisas nesse sentido quanto às remessas de emigrantes.

As direcções dos Sindicatos bancários, afectas como é sabido à UGT, não tomaram pelo menos publicamente qualquer posição nesse e em outros casos que dizem respeito aos trabalhadores e à economia nacional.

«Reconstituído no estrangeiro e dispendo de uma rede bancária em diversos centros financeiros internacionais, o grupo Espírito Santo — sublinha o mesmo Organismo de Direcção — conta com os seus homens de mão a nível de conselhos de gestão e de direcções do estrangeiro para ligar a banca nacionalizada a bancos controlados por António Manuel Espírito Santo, seus familiares e associados, tais como o Biscayne Bank (Miami, EUA) e a Société Bancaire de Paris».

Remessas de emigrantes Inclusive no Banco de Portugal — revela o Organismo dos Bancários — «desenvolvem-se negociações com a Société Bancaire de Paris para a canalização de remessas de emigrantes.

Um «facto político» rondou a UGT

— Sabem como se cria um «facto político» desses com aspas porque cheira mal? — Pois há por aí jornais que publicam a receita muitas vezes. Vejamos: pega-se na UGT ou em quanto basta para a representar, mistura-se com meio ministro numa audiência entre comparsas AD, dos que se chamam entre eles «parceiro social» para aqui, «social» para acolá, e aí vai. Seja na RDP, na RTP ou num semanário (o do Primeiro-Ministro serve perfeitamente) a UGT lá aparece acabada de servir, evitando à justa, por exemplo, a revisão da lei da greve.

É fácil. Com uma reunião, certamente bem humorada, ali na Praça de Londres, eis a UGT a salvar «in extremis» direitos adquiridos pelos trabalhadores; eis o Governo AD-2 a querer ficar bem visto por obra daquele «parceiro social» ali à mão, talhado à imagem da direita e dos seus propósitos declarados de retirar toda a eficácia ao movimento sindical; eis a UGT amarela, que o patronato não se colbe de promover nas próprias empresas, tentando até coagir trabalhadores a assinar boletins de inscricção em «paralelos» (vide, entre outros, pois há mais, o papel do Sindetex nos têxteis), a querer surgir como organização representativa dos trabalhadores (nunca confundimos a UGT com a representatividade de alguns Sindicatos cujas direcções a formaram); eis em resumo, a UGT a procurar espaço de manobra aparente, perseguida pela imagem de apêndice da AD que realmente é.

Repare-se, no entanto, como a outra imagem esboçada há muito pelos fomentadores do divisionismo procura esconder as iniciativas do movimento sindical unitário, neste caso as que se dirigem contra a revisão abusiva das leis do trabalho.

A «criação do facto político» está na moda em alguns jornais. Mas as suas jogadas ou não ultrapassam um pequeno círculo, ou caem redondamente em saco roto.

Não sucede é outro tanto com as promessas. Desde que interesse por pouco que seja às classes trabalhadoras, estas e os seus representantes procurarão agarrar quem as faz ao seu cumprimento.

Não é o caso das «promessas» da UGT. Mas é por exemplo o caso do actual ministro do Trabalho que, por várias vezes publicamente antes da reunião com a UGT, afirmou que se oporia à revisão da lei da greve.

Quanto pensarão porém as declarações do ministro do Trabalho? Essa dúvida é tão persistente e razoável que talvez nem valha a pena invocar a «criação do facto político» para caracterizar a caso UGT-lei-da-greve-salva-com-uma-audiência. Vendo bem, qualquer expressão sobre o conto do vigário serve.

que são as remessas dos emigrantes, ao mesmo tempo que, através dos balcões da Société Bancaire de Paris, a AD e os seus patrões colhem dividendos políticos e financeiros.

Num requerimento ao Governo, com data de 30 de Junho deste ano, o grupo parlamentar do PCP anotava, entretanto, algumas precisões sobre o «escândalo público» que «se vem passando com o processo de venda de participações do Estado em numerosas empresas de diversos sectores da nossa economia».

O requerimento do PCP, três meses depois de apresentado, continuava sem resposta do Governo. Entretanto prosseguia o assalto às nacionalizações com destaque para o Banco Português do Atlântico que usa a bolsa de valores do Porto para leiloar acções de empresas participadas pelo Estado que entrega de mão beijada a Cupertino de Miranda.

2.º Congresso na Hotelaria

Em empresas, zonas e regiões, por todo o País, começou nos últimos dias o debate destinado a enriquecer o anteprojecto do programa de acção que a Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo apresentará ao seu II Congresso, que se reunirá em Lisboa nos dias 28 e 29 de Novembro próximo.

A comissão nacional organizadora (CNOG), ao divulgar aquele anteprojecto, afirma a dado passo que o debate a promover dará ênfase especial às «formas de apro-

fundar a influência dos Sindicatos, através do reforço da organização e da unidade que passam pela máxima participação dos trabalhadores em todos os níveis da estrutura sindical».

A CNOG, que promoverá plenários nas empresas e por regiões até 30 de Outubro próximo, continua a divulgar os materiais alusivos ao Congresso. No debate, dará relevo especial a assuntos como «contratos a prazo e trabalho sazonal, política salarial e de contratação colectiva», bem como

à sindicalização das mulheres.

No Congresso, que elegará os novos dirigentes (secretariado), fará o balanço dos últimos 3 anos e aprovará as linhas de acção, devem participar, segundo prevê a CNOG, todos os sindicatos do sector, incluindo os dois únicos não filiados na Federação, que se contam entre os três existentes nos Açores.

A Federação (FNSIHT) é uma estrutura intermédia e sectorial da CGTP-IL.

Rejeitada na RN gestão de «compadres»

● «não aos saneamentos políticos» — reafirma a CCT

A propósito da «acção desestabilizadora» e das «manobras levadas a cabo pelo CG» (conselho de gerência) para o saneamento político do eng.º Albertino de Sousa que é actualmente o director do Centro de Coimbra (CEP-2), a CCT (comissão central de trabalhadores) da Rodoviária Nacional afirmou em Lisboa que não aceitará que aquele saneamento, quer a gestão com fins partidários, quer ainda «a partidarização da vida laboral na empresa». A CCT acusa o CG de querer «levar à prática, sem problemas, a nomeação de um director da sua confiança política». Os trabalhadores opuseram já acções concretas a essa atitude dos gestores.

Dessas acções destacase um abaixo-assinado entregue ao CG e o envio de cópias dos documentos relacionados com o caso a todos os órgãos de soberania. A CCT sublinha que «a RN é e será obra dos trabalhadores». Aquela organização representativa garante que actuará nesse sentido respondendo mais uma vez firmemente «a qualquer tentativa que lese os interesses dos trabalhadores e dos utentes».

A CCT, divulgando as primeiras manobras do CG, afirma que tudo começou com a oferta de «um lugar de prateleira», na sede, à

gestão do CEP-2 na véspera de tal reunião (CG-CCT em 3 de Setembro findo), o núcleo socioprofissional do PSD na Rodoviária Nacional-EP em Coimbra (o mesmo que defendeu — refere a CCT — no Encontro de Trabalhadores do PSD realizado em Tróia, pela boca do sr. Baeta Pereira, a saída das actividades lucrativas da RN), publicou um comunicado que deveria ser enviado para as filiais do CEP-2 em envelopes da RN-EP. Nele se faziam determinadas acusações à gestão do CEP e convidava-se a comissão de trabalhadores a pedir uma auditoria.

A CCT pediu a auditoria. Mas não apenas ao Centro de Coimbra. A fim de «poder aferir da «lisenção» do CG nesta matéria, a CCT pediu também auditorias aos Centros 3, 5 e 7 e ao serviço de aprovisionamentos do CM».

Entretanto e ainda segundo a CCT, o director amea-

grupos privados e nada a ver com o interesse público».

Por outro lado «nunca é feita qualquer referência à regra e à preferência que decorre do artigo 83.º n.º 2 da Constituição da República, ou seja ao direito que os trabalhadores dessas empresas têm de optar pelo regime de autogestão ou de cooperativismo».

As informações que o grupo parlamentar do PCP requereu ao Governo não foram prestadas. E o leilão continuou.

Na verdade que poderia responder o Governo anterior, ou o actual, a esta pergunta: «Dado que a entrada em vigor das alterações das regras sobre o direito de preferência que a Assembleia da República recentemente aprovou decorre a suspensão automática de todos os processos de alienação de participações do sector público em empresas constantes da resolução n.º 344/80, de 10 de Setembro, que medidas vai o Governo adoptar face à ilegalização dos regulamentos de venda das participações cuja alienação já se encontra em curso?»

Não houve suspensão nenhuma. A alienação continuou.

«esse técnico admitido para Coimbra». Depois vieram as tentativas para o convencer a abandonar o cargo de director, «não faltando para isso grandes elogios à (sua) capacidade».

O técnico recusou, todavia, semelhante «promoção».

Por motivos que se desconhecem, dois elementos já designados pelo PSD de Coimbra para o cargo de director do CEP-2 recusavam-

«se, entretanto, a preenchido».

O eng.º Albertino de Sousa continuou como director. Mas o CG não desistiu de fazer valer um direito que não tem: o «de nomear ou destituir qualquer director de Centro sem apresentar a mínima justificação».

Assim, «atendendo a que o CG não podia, pública e conscientemente, fazer determinadas acusações à

Médicos racistas Repúdio do Sindicato do Sul

A Associação Médica Sul-Africana foi expulsa da Associação Médica Mundial em 1976. As razões dessa medida, que o Sindicato dos Médicos da Região Sul recorda num comunicado, basearam-se no facto de aquele organismo profissional «aceitar o regime racista com todas as implicações que o mesmo representa nas relações entre os seres humanos».

A 34.ª Assembleia Mundial Geral da Associação Médica Mundial realiza-se em Lisboa de 28 de Setembro findo a 2 do corrente. Em 23 do mês passado, a direcção daquele Sindicato português ao tomar conhecimento de que na agenda de trabalhos da referida Assembleia estava incluída a readmissão da Associação Sul-Africana, cuja actuação é «inseparável da conjuntura social e política vivida naquele país», considera «inadmissível que a Associação Médica Mundial tenha escolhido o nosso país para tentar a impossível readmissão da Associação Médica Sul-Africana e exprime o seu repúdio por quaisquer tentativas nesse sentido».

O Sindicato recorda oportunamente «o caso de tortura até à morte do nacionalista Steve Biko, com a conivência de médicos sul-africanos e a escandalosa cobertura que lhes foi dada pela Associação Médica Sul-Africana». Esse caso «demonstra» que a Associação expulsa «continua a não poder ser considerada uma associação de médicos», sublinha o Sindicato dos Médicos da Região Sul.

Delegados SIESI Recusa total das soluções «AD»

Os delegados sindicais do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, reunidos recentemente em Assembleia, aprovaram uma moção na qual, à semelhança de todo o movimento sindical unitário, recusaram «liminarmente as soluções políticas encontradas na constituição do novo Governo AD».

Depois de considerar que aquelas «soluções políticas» põem nomeadamente em perigo o regime democrático e constituem um atentado aos direitos e garantias dos trabalhadores, a Assembleia de Delegados decidiu «lutar vigorosamente no quadro do MSU (movimento sindical unitário) e através da sua estrutura sindical de classe, o SIESI, contra todas as medidas e decisões do Governo», que ponham em causa aqueles direitos, como seja a «tentativa de rever a legislação laboral vigente».

Participação e divisionismo

Os delegados sindicais, conhecedores da orientação mobilizadora decorrente das últimas decisões e medidas tomadas pelo movimento sindical unitário (e sem ilusões quanto à actuação de um Governo pelo qual são responsáveis «as forças reacţionárias integrantes da AD») fazem um apelo à participação dos trabalhadores, mobilizando-os para «todas as acções de massas locais, sectoriais ou outras levadas à prática pelo MSU» e susceptíveis de unir os trabalhadores contra a política deste Governo «submetido ao FMI e às imposições da CIP-CAP-CEP, contribuindo assim para o seu derrube e para a formação de um Governo democrático, identificado com o 25 de Abril».

A Assembleia de Delegados do SIESI decidiu ainda «desmascarar junto dos trabalhadores as acções das forças divisionistas da UGT que demagogicamente mais não fazem do que dar cobertura à AD» procurando distorcer o colapso da política económica e social».

Poder local

Conferência do PCP sobre Poder Local

— um debate nacional que interessa a todo o povo

O trabalho preparatório da Conferência sobre o Poder Local desenvolveu-se e ganhou uma dinâmica própria que obrigou a Comissão Organizadora a modificar alguns aspectos do projecto inicial de trabalho.

Um dos mais salientes é a criação de uma nova secção — a décima segunda — para o debate específico do tema «O Poder Local e a salvaguarda do Património Cultural», inicialmente in-

cluído na secção destinada à «Educação, Cultura e Desporto».

As intervenções apresentadas sobre o Património foram tantas e com tanto interesse que

a Comissão Organizadora, reconhecendo a impossibilidade de tratamento de todas elas numa só secção, decidiu propor à direcção do Partido a criação de uma nova secção.

Uma decisão plenamente justificada, de resto, quer pela importância do tema quer pela urgência na tomada de medidas que permitam a salvaguarda do

património artístico e cultural que sobreviveu a 48 anos de fascismo, que o mesmo é dizer à destruição, ao desprezo, quando não mesmo à repressão.

Depois do 25 de Abril, como recorda o documento-base para debate deste tema, pouco mais se fez do que até então, não obstante o artigo 78.º da Constituição da República proclamar como um dos deveres do Estado a «obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português».

Neste aspecto, como em muitos outros, as autarquias têm um importante papel a desempenhar. E não é por acaso que as autarquias democráticas se devem hoje alguns dos melhores esforços na tomada de medidas para a defesa do património, bem ao contrário do que sucede nos órgãos de poder local onde a direita impera. Quem já esqueceu a destruição da Igreja de Joane? Ou a adulteração do Castelo de S. Jorge?

As intervenções escritas a esta secção testemunham bem estas duas realidades. De Mértola, por exemplo, chega a informação das acções desenvolvidas pelo município para defesa do património, que vão desde a sensibilização das populações para a necessidade dessa defesa ao apoio de professores e alunos de História da Faculdade

de Letras de Lisboa a trabalhar no campo arqueológico de Mértola.

É a Câmara que subsidia a sua manutenção, bem como o alojamento e alimentação dos que vêm de fora. O trabalho realizado pelas cerca de 130 pessoas encarregues do campo arqueológico está calculado já em cerca de 5 mil horas, tendo sido removidas cerca de 10 toneladas de terra e recolhidas milhares de peças de cerâmica, osso, metal, vidro e moedas.

Também por iniciativa da Câmara de Mértola iniciar-se-ão brevemente as obras para a instalação de um Museu Arqueológico planeado e justificado pela quantidade e qualidade das peças encontradas nas escavações.

Bem diferente é a situação em Trás-os-Montes. A intervenção que dali chegará à Conferência recorda como durante o fascismo os castros romanos, como Alijó e Murça, estiveram à mercê de vândalos que em escavações clandestinas à procura de peças de valor (especialmente moedas) destruíram irreparavelmente testemunhos históricos; como se construíram casas em cima do Templo Visigótico de Panóias, etc., etc.

E a situação não se modificou muito depois do 25 de Abril.

A desconfiança da população em relação aos órgãos de poder



O Porto tem preparadas mais de 50 intervenções

A realização da Conferência agora em 18 de Outubro obrigou no Porto, por um lado, a todo um trabalho novo, de actualização das intervenções, nomeadamente, mas também sobre um conjunto de diversos outros aspectos, o qual em vez de dificultar, está a ser um factor de dinamização da própria Conferência. Isto acontece porque, por um lado, criaram-se condições novas, favoráveis à dinamização de todo o trabalho do Partido virado para as autarquias locais. Concretamente com a importante vitória da APU nas eleições suplementares em Miragaia, com a grande derrota da AD e vitória das forças democráticas, que aí se verificaram, as quais tiveram grande repercussão nas actividades do Partido, nos eleitos, nas populações, da cidade e dos outros concelhos. Concretamente ainda com a realização de várias reuniões e encontros, de eleitos e activistas, dos diversos concelhos do distrito, onde a Conferência está a ser preparada.

Podemos já afirmar que se vai concretizar o que dissemos em 23 de Maio, quando da reali-

zação da Reunião de Quadros da Organização Regional do Porto, sobre o número e qualidade das intervenções a realizar nas várias secções da Conferência. Ultrapassamos as 50 intervenções, que abrangem todos os temas abordados pelos textos base da Conferência, nomeadamente os das III e XI secções, onde é relatada a experiência do trabalho dos eleitos do Partido nos diversos órgãos de poder local, sempre orientada pela firme defesa do seu funcionamento democrático, pela firme defesa das liberdades e dos interesses das populações.

Mais de 50 intervenções são o fruto de um já longo e aprofundado trabalho e acção do nosso Partido, para a solução de grandes problemas que preocupam os moradores e o povo destes concelhos, quer através da nossa participação nos executivos municipais e da freguesia, quer através da luta e mobilização das populações, quer através do estudo e audição sobre a forma de pôr cobro às grandes carências existentes. Alguns exemplos são os trabalhos

apresentados sobre os transportes, sobre as tarifas de electricidade, sobre a habitação, relativamente aos quais podemos dizer que levam não só a opinião do Partido, como a dos outros municípios, dos técnicos e mesmo eleitos de outras forças que conosco trabalharam para os encontros realizados onde saíram tais conclusões.

A participação da população no debate dos temas e elaboração das intervenções da Conferência podemos afirmar que está bem viva e presente em todo o nosso trabalho de preparação. A actividade dos eleitos do Partido pode-se caracterizar por um cada vez maior e íntimo contacto com as populações, através das visitas aos bairros, dos levantamentos de carências e esclarecimentos porta a porta, da participação pública que promovemos nas Assembleias e reuniões de vários órgãos, em fim através da informação regular e prestação de contas da nossa actividade às populações através do Correio Povo Unido, de Boletins, de comunicados. Esta é uma linha de trabalho que temos de melhorar e intensificar sempre, mas que já está presente, da qual temos já uma boa experiência e que também aparece nas intervenções para a Conferência.

O Documento Síntese da Conferência está distribuído aos 90 delegados do distrito, que assim estão a ler, a discutir e propor as suas opiniões.

A Conferência vai realizar-se com a participação de 150 convidados do distrito, dentro de duas semanas, estando a sua preparação inserida e intimamente ligada à luta que está a ser travada dia-a-dia, contra a política local da AD favorável aos grandes construtores e capitalistas, contra o compadrio,

ilegalidade e corrupção das câmaras de maioria AD, contra a postura fascizante da Câmara do Porto que proíbe liberdades fundamentais, contra os aumentos de mais de 100% que a direita, em vários casos seguida pelo PS pretende impôr em Gondomar, Matosinhos, etc..

Estamos certos que a realização da Conferência do Partido sobre o Poder Local vai constituir, como já está a acontecer, um importante incentivo a todo o trabalho dos comunistas e outros democratas nas autarquias, em defesa das populações, em defesa da democracia.

Defesa do património — uma nova secção da conferência

A Conferência do PCP sobre o Poder Local, que se realiza no próximo dia 18 em Almada, está de novo a mobilizar as atenções e os esforços de camaradas e amigos que nela vão participar, numa última «volta» aos documentos em debate e à compilação das novas propostas de alteração entretanto recebidas.

A pouco mais de 15 dias da Conferência, multiplicam-se as reuniões dos delegados eleitos por todo o país (cerca de mil), na discussão do projecto de documentos síntese a aprovar no dia 18 de Outubro. Este projecto de documento síntese, que tem em conta todo o trabalho preparatório que vem sendo realizado, os 50 textos-base da discussão, as sugestões, críticas e propostas apresentadas, beneficiou do compasso de espera verificado com o adiamento da Conferência para Outubro.

Com efeito, estando a sua distribuição prevista para a próxima Conferência — o que, embora permitisse a sua discussão, a condicionava ao limitado tempo disponível — passou a dispor, com o adiamento, de um longo período em que foi possível alargar o debate a toda a organização, aprofundar o estudo do projecto, recolher propostas de alteração.

E assim que, na prática, o documento síntese a apresentar na Conferência constitui já um novo documento, enriquecido

com as contribuições entretanto chegadas de todo o país.

Na reunião da Comissão Organizadora do próximo dia 8 de Outubro serão apreciadas as novas propostas de alteração que os delegados ainda desejem apresentar. Depois disso será elaborada a nova proposta de documento síntese a apresentar na Conferência onde, logicamente, haverá de novo debate antes da votação do que virá a ser o documento final.

Esta forma de trabalho, amplamente participado, que de resto caracterizou desde o início a preparação da Conferência sobre Poder Local, reflectir-se-á certamente na jornada de dia 18, quer no funcionamento do plenário quer no trabalho das secções.

local dominados pela direita é de tal ordem que em Chaves o grupo arqueológico existente não fornece nada do que descobre à Câmara sem a entrega de recibo, dado que já desapareceu material entregue sem esta formalidade.

Em Sabrosa, a Colectividade local luta há vários anos para que a Câmara retire de uma cave extremamente húmida todo o material arqueológico ali existente e providencie a criação de um Museu.

Em Alijó, a Câmara é responsável pela destruição das muralhas do Castro de Chéires, na freguesia de Sanfins do Douro,

que utilizou para fazer pedras de calcete! A destruição só não foi mais longe graças à intervenção da Colectividade de Sabrosa que denunciou publicamente este atentado ao património.

Muitos outros exemplos se poderiam dar — e na Conferência serão dados — de quem protege e de quem atenta contra essa riqueza que constitui o património nacional — a memória do povo.

Na preservação dessa memória popular colectiva devem as autarquias desempenhar um papel importante, a que não deverá faltar o apoio do poder central, até aqui inexistente.



Amadora, Município de Abril Com a APU, dois anos ao serviço do povo

Têm decorrido na Amadora, com notável adesão popular justificada pela qualidade e número das iniciativas, as comemorações do 2.º aniversário da passagem da vila a cidade. O desfile do passado domingo encerrou uma vasta programação, que se vem prolongando desde há várias semanas, e que incluiu diversificadas manifestações artísticas, culturais e desportivas, numa demonstração de vitalidade que é bem o símbolo dos grandes passos em frente dados em dois anos pelo Município de Abril.

Dos progressos verificados a diversos níveis é impossível dissociar a actividade desenvolvida pela APU, força maioritária no concelho. Não só pelo que tem feito, mas também como o tem feito. Os dois aspectos, aliás, estão intimamente ligados.

Quando a APU, numa saudação ao povo da Amadora recentemente divulgada, enaltece o trabalho dos «cidadãos que, nos órgãos do Poder Local, têm dado o máximo do seu esforço para corresponderem aos anseios populares e à esperança neles depositada», sublinhando ao mesmo tempo o apoio dado «pelos organizadores populares e moradores, bem como pelos trabalhadores municipais» — nesta saudação reflecte-se um estilo de trabalho que é a ponte para muitos êxitos: a participação dos cidadãos e das suas organizações representativas, a prática nos actos da democracia real.

Pesada herança

Os eleitos da APU colocados em 1979 na Câmara pelo voto claro da população do novo concelho, encontraram pela frente uma situação extremamente complexa e delicada, não só devido às naturais dificuldades de um concelho que dava os primeiros passos da sua vida autónoma — ainda por cima tratando-se de um dos mais populosos e de crescimento mais explosivo de todo o País —, mas também em virtude da desastrosa gestão socialista na Câmara de Oeiras (de que a Amadora era freguesia) entre 1976 e 1979.

A este respeito, a indicação de alguns números fala por si. Assim, no que toca a construções escolares, o PS em três anos instalou 38 salas de aula em pré-fabricado, enquanto a APU em dois anos, instalou 53 e tem em construção 32, com carácter definitivo; no final de 79 havia na Amadora 200 contentores para lixo, enquanto nos últimos dois anos foram adquiridos mil; em 1979 havia duas dezenas de «zebras» para peões, enquanto a Câmara de gestão APU, em poucos meses, instalou 970.

Boicote

A herança do passado, porém, é necessário acrescentar outros importantes condicionamentos da acção da Câmara. Desde logo, há que ter em conta que o não cumprimento da Lei das Finanças Locais privou a Amadora, em dois anos, de 600 mil contos. Por outro lado, a

instalação do novo aparelho municipal tem custado muito dinheiro, existindo uma dívida por parte do Governo de 80 mil contos, enquanto os municípios de Oeiras e Sintra devem igualmente milhares de contos. Finalmente, refira-se que o Fundo de Fomento da Habitação não financiou ainda a construção de uma só casa desde que a Amadora é município, não obstante as cooperativas do concelho terem pedido financiamento para centenas delas e a Câmara para mais de cem.

Por estes breves exemplos se perceberão já melhor as tremendas dificuldades com que a APU se tem debatido na Câmara. E o que é triste — mas, ao mesmo tempo, politicamente muito significativo — constatar é que a parte mais substancial dessas dificuldades tem sido artificialmente levantada pela AD e pelo PS por razões estritamente partidárias. E então os referidos condicionamentos tomam outro nome: boicote.

Tristes atitudes

Digamos que da parte da AD não seria de esperar outra coisa. O mesmo não se pode dizer do PS. Mas a verdade é que, a nível da maioria dos dirigentes locais, e

A APU presta contas

A APU presta contas é o lema de uma série de sessões que a Aliança Povo Unido vai realizar no concelho da Amadora, com o objectivo de divulgar junto da população o trabalho que vem desenvolvendo nos órgãos autárquicos daquele concelho.

A primeira sessão realiza-se já amanhã, dia 2 de Outubro, na Sociedade Filarmónica da Amadora, às 21.30 h. A prestar contas da confiança que neles foi depositada pela maioria dos votos populares estarão Orlando de Almeida, presidente da Câmara da Amadora; Vasco Marques, presidente da Assembleia Municipal da Amadora e Joel Monteiro, presidente da Junta de Freguesia da Falaqueira-Venda Nova.

Na sessão de esclarecimento participa ainda o camarada António Andrés, membro suplente do Comité Central do PCP.

por parte, concretamente, dos vereadores socialistas, tem sido evidente uma acção concertada com a direita no sentido de entravar a acção da Câmara.

Em vez de darem o seu contributo para que os problemas do concelho se resolvam, em vez de participarem no cumprimento das tarefas colectivas que a todos os eleitos dizem respeito, os vereadores do PS e da AD, e com eles grande parte dos seus correligionários noutros órgãos de poder local, demitem-se das suas responsabilidades e não só não trabalham como não deixam trabalhar.

Que fazem eles? Recusam o prosseguimento das grandes obras, põem em causa o pagamento das despesas a fazer, recusam-se a trabalhar nos pelouros para que foram designados. Ou seja: boicotam e entravam.

Dá-se mesmo o caso de dois eleitos do PS, incluindo o respectivo cabeça de lista, Andrade Neves, e o cabeça de lista da AD, António Saldida, não terem aceite o convite do presidente da Câmara para ficarem como vereadores a tempo inteiro, razão pela qual existe apenas um vereador nestas condições...

Pensam uns e outros que com estas atitudes desprestigiam a acção da APU na Câmara e criam condições para, em próximas eleições, serem eles os mais votados. Os prejuízos que, entretanto, causam ao funcionamento da autarquia e aos interesses das populações, isso é coisa que não os preocupa. Mas será que alguém com bom senso e com o mínimo dos mínimos de espírito democrático, seja eleitor de que partido for, poderá estar de acordo com tal actuação?

Números significativos

Têm sido e continuam a ser grandes as dificuldades, pois. E, no entanto, a Câmara trabalha. E os resultados do seu trabalho são visíveis. Já falámos da construção de escolas e da recolha do lixo. Mesmo num breve balanço, muitos outros aspectos haveria a focar.

Neste momento, há um total de 150 obras municipais em curso, sem contar com as da iniciativa das freguesias. Entre elas, pela sua dimensão e importância, é de destacar a construção do viaduto do Alto do Maduro (com inauguração prevista para o 1.º trimestre do próximo ano e onde já foram gastos mais de 40 mil contos), o final do arranjo do Parque Central (falta a arborização), a conclusão do Centro de Saúde (num custo total de 70 mil contos) e ainda, quanto à habitação social, a conclusão de 63 casas municipais.

E já que falamos em dinheiros: no que se refere ao desporto e à cultura, a Câmara já gastou seis mil contos na promoção directa de actividades e sete mil contos em subsídios e apoio a colectividades.

Uma atitude que é um símbolo

Estes números são elucitativos acerca da dinâmica de uma gestão para a qual o que conta é o serviço das populações e não as tricas políticas ou o eleitoralismo fácil. Mas os milhares de contos não dizem tudo. Para além da frieza dos números, por detrás do deve e haver daquilo que se prometeu e efectivamente se está a cumprir, há a realidade palpável de uma vontade colectiva, em que se irmanam todos os democratas do concelho (incluindo muitos milhares de socialistas) — uma vontade firme de transformar a Amadora numa terra onde dê gosto viver.

Que assim será no futuro, o presente é disso uma garantia. Uma garantia afirmada, por exemplo, na atitude recente do presidente e do único vereador a tempo inteiro, Orlando de Almeida e Marques Pedrosa, de oferecerem parte dos seus ordenados para, com a quantia assim obtida, permitir a entrada em funções de mais um vereador a tempo inteiro.

Assim trabalham nas autarquias os comunistas e os seus aliados na APU. Dois anos após a sua criação, o Município de Abril aí está para o provar, continuando a honrar e a ser fiel ao nome que o povo lhe pôs.



Dia do Reformado

O Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), comemora no próximo sábado, dia 3 de Outubro, em Lisboa, o Dia do Reformado.

As comemorações começam às 15 h com um desfile, que irá da Graça à «Voz do Operário», onde se realizará uma sessão de esclarecimento. Os reformados de Lisboa procuram desta forma e uma vez mais sensibilizar a opinião pública para o Caderno Reivindicativo do MURPI, a que o Governo AD Balsemão continua a não dar qualquer satisfação.

Entretanto, no dia 5 de Outubro, a Associação dos Reformados de Lisboa leva a efeito na sua sede, na Alameda Afonso Henriques, às 15 horas, uma sessão comemorativa da Implantação da República. Na sessão intervirão representantes do MURPI, do LMDM, da Intersindical Nacional, da União dos Sindicatos de Lisboa e de diversos partidos políticos.

Belém: encontro de activistas da APU

No próximo sábado, às 15 horas, na sala de Alves Rente, realiza-se um encontro de activistas da APU de Belém, a fim de debater problemas relativos às próximas eleições na freguesia e apresentar publicamente os candidatos da APU.

Preço da água em Gondomar não sobe

Face à decisão do executivo da Câmara de Gondomar em aumentar as tarifas de água em mais de 100 por cento, aprovada com votos a favor da AD e do PS, as Comissões Unitárias de Mulheres do concelho decidiram apelar às mulheres para que se concentrassem no passado dia 25 junto à Câmara, exigindo da Assembleia Municipal o cancelamento de tão brutal aumento.

O apelo foi atendido. Quando chegou a hora do aumento ser votado na Assembleia Municipal, na presença de muitos populares com destaque para as mulheres, a APU (tal como já tinha feito na Câmara) e o PS e a AD (contrariando os seus parceiros no executivo) reprovaram o aumento.

Esta importante vitória popular foi saudada com grande alegria em Gondomar.

Semana de Beja

Está a decorrer na Casa do Alentejo, desde o passado dia 28, a semana do concelho de Beja. A iniciativa, que prossegue até ao próximo dia 5 de Outubro, inclui exposições, colóquios e cantares alentejanos.

SEMANA Internacional

23 Quarta-feira

O presidente egípcio Anwar Sadat confirma em entrevista à cadeia de TV norte-americana «NBC» a ingerência conjunta do Egípcio, EUA e Paquistão nos assuntos internos do Afeganistão, declarando que há dois anos que a administração norte-americana compra armas ao Egípcio, que depois remete para os bandos da contra-revolução afegãos através do Paquistão; essas armas são de fabrico soviético e equipavam o Exército egípcio, que a propaganda sobre as alegadas «apreensões» de armas que os bandos contra-revolucionários dizem ter feito ao Exército regular do Afeganistão e ao contingente soviético que se encontra no país. O presidente libanês, Elias Sarkis, lança um apelo aos chefes de Estado árabes para que tomem uma decisão unificada para proteger o sul do Líbano das agressões de Israel. O «Star», o jornal diário sul-africano de maior circulação no país, citando os resultados duma sondagem que fez à opinião pública, afirma que o Congresso Nacional Africano (ANC) tomara o poder na África do Sul se os «não brancos» tivessem direito a voto. Estatísticas oficiais divulgadas em Bruxelas revelam que o desemprego nos dez países da CEE atingiu em Agosto o número recorde de 9,1 milhões de pessoas.

24 Quinta-feira

Andrei Gromyko, ministro soviético dos NE, e Alexander Haig, secretário de Estado norte-americano, marcam para 30 de Novembro próximo o início das negociações entre os dois países sobre a limitação de mísseis nucleares de alcance médio na Europa. Os cinco países ocidentais (EUA, França, Grã-Bretanha, RFA e Canadá) que constituem a «frente de contacto» anunciam ter elaborado uma série de princípios constitucionais destinados a abrir caminho à independência da Namíbia, no Sudoeste africano (país que a África do Sul mantém ilegalmente ocupado), plano a ser aplicado no próximo ano. Quatro homens armados intitulando-se membros do «Exército Secreto Arménio» ocupam por várias horas o Centro Cultural da embaixada turca em Paris, mantendo sequestrados cerca de 40 turcos e dois franceses; render-se-iam mais tarde às autoridades.

25 Sexta-feira

O presidente norte-americano Ronald Reagan apresenta na TV um programa de cortes orçamentais que reduzem drasticamente as despesas sociais e levam ao desaparecimento dos ministérios da Energia e Educação; as despesas militares não foram afectadas. Resultados de sondagens feitas pelo Instituto de opinião pública «EMNID», da RFA, revelam que a maioria dos alemães federais, mesmo os conservadores políticos, pensam que o presidente Reagan cometeu um erro ao ordenar a produção da bomba de neutrões e mostram oposição à sua instalação na RFA. O povo moçambicano e toda a RP de Moçambique comemoram o 17.º aniversário do início da luta armada que conduziu à independência do país. A Austrália abre um inquérito urgente às informações de que os ensaios nucleares subterrâneos franceses abriram um grande buraco num atol do Pacífico Sul e permitem a infiltração de materiais radioactivos no oceano. Numa resolução sobre o desarmamento, a Internacional Socialista rejeita o fabrico e a instalação da bomba de neutrões e de mísseis nucleares na Europa.

26 Sábado

O Equador ingressa formalmente no Movimento dos Países Não-Alinhados. O presidente francês François Mitterrand chega a Tail para uma visita oficial à Arábia Saudita. Israel será expulsa da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) em Setembro do próximo ano, caso não autorize a fiscalização das suas instalações nucleares; esta decisão resultou dum compromisso proposto pela Arábia Saudita e pretende castigar os sionistas pelo ataque à central nuclear iraquiana. Os países não-alinhados decidem, por aclamação, apoiar a candidatura do ministro tanzaniano dos NE, Salim A. Salim, para secretário-geral da ONU.

27 Domingo

Mais de 50 mil pessoas, muitas das quais procedentes de diversos países europeus, participam em Perugia, Itália, numa «Marcha da Paz» organizada por movimentos pacifistas, sindicatos e partidos de esquerda, com o objectivo de instar os governos de todos os países a tomarem medidas que aprofundem o desanuviamento internacional e, ao mesmo tempo, condenar a produção da bomba de neutrões e a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, como pretende o governo dos EUA. A URSS e a RFA decidem constituir um grupo consultivo conjunto sobre energia, durante conversações entre funcionários soviéticos e uma delegação comercial da RFA na cidade siberiana de Novosibirsk. O grupo «Mojahedine», organização normalmente acusada de relações com a CIA e os EUA, desancada incidentes armados em Teerão, provocando pelo menos dez mortos e várias dezenas de feridos durante um tiroteio que entretanto se travou com a guarda governamental iraniana.

28 Segunda-feira

O governo demissionário belga anuncia oficialmente a realização de eleições antecipadas no país em 8 de Novembro. A secção do Partido Social Democrata (SPD) do Estado de Schleswig-Holstein da RFA vota em congresso contra a decisão da NATO de instalar mais mísseis nucleares norte-americanos no país. O Partido Trabalhista britânico divide-se praticamente a meio na eleição para o novo vice-líder do Partido, ganha por Denis Healey por uma margem de menos de 1% sobre o seu opositor à esquerda, Tony Benn, que obteve 49,574% dos votos contra 50,426% obtidos por Healey. Um autocarro transportando militantes comunistas espanhóis de regresso a Múrcia depois de terem participado em Madrid na Festa do PCE, choca com um camião provocando 23 mortos e dezenas de feridos; entre os mortos encontra-se o dirigente provincial do PCE, Agustín Sanchez.

29 Terça-feira

O laboratório espacial soviético «Salyut-6» inicia o seu 5.º ano de serviço, completando 23 029 órbitas ao passar sobre o Cabo da Boa Esperança. Mais de 40 mil trabalhadores ligados à produção da cana de açúcar em cinco cidades do Estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro, ameaçam entrar em greve para exigirem a negociação dum acordo salarial.

Efeméride da Semana — A 29 de Setembro de 1965 desencadeia-se o golpe militar que imporia no poder o actual regime fascista da Indonésia, na sequência do qual seriam assassinados meio milhão de comunistas.

Internacional

Embora desalojados de três cidades

Racistas continuam em Angola até à derrota final

A agência noticiosa da RPA, ANGOP, anunciava a semana passada, citando o ministério da Defesa do país, que as FAPLA já reocuparam três cidades no sul do país — Ngiva, capital provincial do Cunene, Mongua e Xangongo — continuando as tropas racistas sul-africanas ocupando vastas zonas da província do Cunene.

Protegidos pelas forças racistas de ocupação, os bandoleiros da «Unita» alargam posições no Sul de Angola, prosseguindo assim o projecto racista da «zona tampão» habitada pelos fantechos de Savimbi, o que permitiria aos dirigentes de Pretória manter as suas tropas e mercenários em solo angolano a coberto dum «governo» em «zona libertada».

Tudo se passaria à custa do desmembramento do território da RPA, conseguindo-se na eventualidade os dois objectivos que seduzem Washington e Pretória: a erosão da República Popular de Angola e o impedimento da independência da Namíbia, com o esmagamento da SWAPO, apanhada assim entre dois fogos.

É nesse sentido que surge a instalação em território namibiano de tropas especiais racistas destinadas a perseguir políticos e personalidades progressistas e todos os que manifestem simpatias pela SWAPO. Os homens do «apartheid» querem afastar o legítimo representante do povo namibiano, a SWAPO, de todo o processo de

regularização do problema daquele território e garantir, por outro lado, a vitória eleitoral do partido fantoche da Aliança Democrática «Turnhalle».

Estes factos são tão incontestáveis que o semanário britânico «The Observer» considerava tranquilamente na sua última edição que a África do Sul proclamará por todos os meios a realização de eleições na Namíbia enquanto não estiver convencida que serão criadas condições para a «vitória» do seu protegido «Turnhalle».

Tais sonhos começam em Washington, mas empalidecem em cada dia que passa. A França, que pertence ao chamado «grupo de contacto» (EUA, França, Grã-Bretanha, RFA e Canadá), já preveniu os EUA pela voz do ministro francês da Cooperação, Jean-Pierre Cot, que abandonará o referido «gru-

po de contacto» ocidental sobre a Namíbia se os EUA não forçarem a África do Sul a aceitar a rápida independência deste território, acrescentando que «o grupo de contacto dissolver-se-á por si mesmo se não passar de uma cobertura para a política de recusa da África do Sul».

Por outro lado e certamente com involuntária ironia, o primeiro ministro australiano, Malcolm Fraser, comparava no princípio desta semana, em Melbourne, a luta pela independência dos guerrilheiros nacionalistas negros de África à dos revolucionários norte-americanos contra o domínio inglês... Decerto que a administração norte-americana evitará comentar esta afirmação, a todos os títulos irresponsável por quem, ainda há bem pouco tempo, navegava à bolina dos «direitos humanos» e, apesar de tudo, continua insistindo na rábula de representar o «ideal da liberdade» no mundo.

A administração Reagan, com o descarado apoio ao regime do «apartheid», enfiou o prestígio do seu país em novo atoleiro. Ninguém a segue ou cede às suas pressões neste empreendimento votado ao fracasso. Criminoso empreendimento onde



É gente desta, mercenária e traidora, que anima a agressão racista do território da RP de Angola

não embarcam sequer os seus mais «indefectíveis» aliados.

Quanto às tropas racistas mais os seus mercenários e fantechos da «Unita» serão definitivamente escuraçados do território soberano da República Popular de Angola. A Namíbia ascenderá à independência com a vitória

do seu povo e do seu legítimo representante, a SWAPO. O odioso regime do «apartheid» será finalmente banido e o povo sul-africano, liderado pela ANC, conquistará a liberdade por que luta. Porque a luta emancipadora dos povos tem sempre, na História, encontro marcado com a vitória.

Em Portugal Duas atitudes

Enquanto a Ordem dos Médicos de Portugal vota favoravelmente em Lisboa, na 34.ª Assembleia da Associação Médica Mundial, a readmissão da Associação Médica Sul-Africana (MASA) neste organismo internacional (com o bastonário da Ordem e agora presidente da AMM, dr. Gentil Martins, a afirmar que será preferível a Venezuela e mais onze países africanos saírem da Associação Médica Mundial — como ameaçaram, caso os racistas sejam readmitidos — a ser vedada a reentrada da África do Sul), prosseguem por todo o país diversas iniciativas, campanhas e acções de solidariedade para com o povo angolano, exigindo a imediata retirada do Sul de Angola. O Povo português não

tem nada a ver com os senhores que controlam a Ordem dos Médicos, assim como a maioria dos médicos portugueses — como o demonstrou o Sindicato dos Médicos do Sul — não se identifica com os «brabões» que defendem os racistas.

Dezenas de abaixo-assinados já foram preenchidos em todo o país, à semelhança de uma declaração de protesto contra a agressão sul-africana à República Popular de Angola e de solidariedade com o povo angolano que presentemente circula na cidade do Porto para recolha de assinaturas e posterior divulgação.

Nesta declaração os signatários «conscientes dos particulares laços de soli-

dariedade que unem o povo angolano e português, repudiam a agressão sul-africana contra a RPA, solidarizam-se com o MPLA-PT e com o povo da RPA, apoiam incondicionalmente o povo da Namíbia e a SWAPO na luta contra o inimigo racista e colonialista, na luta pela conquista integral da sua independência, e exigem ainda ao governo português que abandone a política de ambiguidade e hipocrisia face à República de Angola».

Em dezenas de reuniões sindicais, plenários de empresa e outras reuniões de trabalhadores, têm sido aprovadas moções de repúdio pela agressão racista de solidariedade com o povo angolano.

Diálogo, uma palavra-chave

O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, e o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, mantiveram conversações nos últimos dias — na quarta-feira da semana passada e na segunda-feira desta semana — que permitiram a marcação para o princípio do próximo ano, talvez em Genebra, a continuação do diálogo.

O «diálogo» é a palavra-chave a extrair deste acontecimento. De facto e após oito meses de governação, a administração Reagan avança pela primeira vez até à mesa das conversações, travando aparentemente numa das curvas da espiral de guerra-fria prosseguida em crescendo desde que tomou posse. O facto de se ter assentado na continuação dos contactos é, em si, um facto político de grande importância.

Seria ingénuo acreditar numa inflexão profunda da política externa dos EUA pelo simples «acontecer» destes encontros. Ou sequer acreditar numa inflexão, já que, a vários níveis, a administração Reagan continua empenhada em manifestar à evidência o perigoso chauvinismo do seu projecto político, assente na corrida aos armamentos e no aumento da tensão internacional através da agitação do velho espantinho anticomunista.

Esta «cedência» norte-americana tem mais a ver com a política de desanuviamento inquebrantavelmente prosseguida pela União Soviética do que com uma real vontade de entendimento por parte dos EUA. As permanentes propostas soviéticas no sentido do desarmamento, o empenhamento que as caracteriza e a disponibilidade para o diálogo sempre demonstrada pela

cente resistência dos aliados europeus dos EUA à sua política belicista. Referimo-nos à rejeição aprovada pela Internacional Socialista em Paris, na passada semana, em relação ao fabrico e instalação da bomba de neutrões e de novos mísseis nucleares na Europa, e a hostilidade mais e mais evidente da RFA (sobretudo da sua população) em alinhar pelos carris armamentistas de Washington, que desembocam no seu território, com todos os perigos inerentes.

Os EUA sentaram-se, ou simularam sentar-se, à mesa das conversações. Mas esta «cedência» norte-americana tem mais a ver com a política de desanuviamento inquebrantavelmente prosseguida pela União Soviética, do que com uma real vontade de entendimento por parte dos EUA. O futuro o dirá.

europeus dos EUA para a urgência do reatar do diálogo soviético-americano, bruscamente interrompido por Reagan.

Daí que os EUA se vissem empurrados para as conversações, facto decerto sobrebranceiramente inadmissível em Washington ainda não há muitos meses. Ilustrativo disso é a satisfação expressa pelo chanceler da RFA, Helmut Schmidt, ao comentar estes encontros Haig-Gromyko, considerando-os um grande êxito da diplomacia do seu país e dele próprio.

Aqui interessa recordar dois factos, recentes no tempo mas corolário duma cres-

Reunião em Havana da União Interparlamentar

Regressou já de Havana a delegação portuguesa que, entre os passados dias 15 e 23, participou nos trabalhos da 68.ª reunião da União Interparlamentar. A delegação integrava onze deputados dos quatro maiores partidos portugueses, estando presentes em representação do PCP os camaradas Joaquim Miranda e Silva Graça.

Os trabalhos foram presididos por Raul Roa, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de

Cuba, tendo sido aprovados projectos de resolução sobre, nomeadamente, descolonização, luta pela paz, crise energética e direitos do homem, prevalecendo sempre as posições progressistas.

Com este mesmo espírito foram aprovadas moções condenando as situações no Chile, Uruguai e El Salvador, tendo ressaltado um acentuado isolamento dos EUA. A inclusão na ordem de trabalhos de uma moção sobre

o Afeganistão foi rejeitada por maioria.

A RDA e o Sudão foram eleitos para o Comité Executivo da UIP, em substituição da URSS e da Tunísia, que terminaram o seu mandato.

Silva Graça interveio no debate sobre descolonização e Joaquim Miranda sobre a crise da energia no mundo.

Contamos na próxima edição dedicar mais espaço a este acontecimento.

X Congresso Sindical Mundial

Entre 10 e 15 de Fevereiro do próximo ano decorrerá em Havana o X Congresso Sindical Mundial, o primeiro a realizar-se na América Latina, exactamente na Cuba socialista, a primeira Revolução triunfante do continente americano.

A convocatória para o X Congresso Sindical Mundial é dirigida à consciência colectiva do mundo para a salvaguarda da paz, o cessamento da corrida armamentista, o fim das agressões imperialistas aos povos do mundo inteiro, recrudesci-

das com a actual administração dos EUA. Apela à concentração de esforços frente ao inimigo principal — o imperialismo.

A paz é um direito universal — como sublinha a convocatória — vinculada em primeiro lugar à preservação do homem. Para os trabalhadores a paz é indissociável do direito à vida e ao trabalho, à habitação, educação, saúde. Intimamente ligada ao desenvolvimento científico e cultural da Humanidade, existe indissociável do direito à independência

dos povos. Defendê-la é preservar o essencial.

Recordando os trabalhos em todos os processos históricos, a convocatória para o X Congresso Sindical Mundial sublinha ainda que cada sindicato deverá ser um bastião da paz, cada trabalhador um seu lutador activo, considerando que a preparação, realização e as conclusões deste X Congresso trarão uma poderosa contribuição para a defesa da paz e o recuo das posições armamentistas do imperialismo.

Trabalhistas britânicos divididos «ao meio»

Com o governo ultra-conservador de Margaret Thatcher irreversivelmente desacreditado perante a opinião pública britânica, ganham especial significado os recentes acontecimentos no seio do Partido Trabalhista britânico, que desembocaram, para já, na vitória de Denis Healey na votação para o cargo de vice-líder do Partido, derrotando por escassíssima margem (menos de 1% de vantagem) o seu adversário à esquerda, Tony Benn.

O Partido Trabalhista, que surge como lógico ocupante do n.º 10 da Downing Street nas próximas eleições inglesas, saiu praticamente dividido a meio, desta conferência anual. Tony Benn obteve 49,574% dos votos e apressou-se a declarar que «isto é apenas o início, não o fim». Por seu lado Healey, consciente da fragilidade da sua vitória com 50,426% dos escrutínios, apelaria aos militantes do partido para que sanassem as suas divergências.

Tony Benn, de 56 anos de idade, fez uma campanha de seis meses com base numa política de esquerda onde avultava propostas para o desarmamento nuclear unilateral, a retirada da CEE, a nacionalização da indústria e dos bancos e um maior controlo do governo sobre os serviços sociais. Healey, de 64 anos de idade, opõe-se ao «radicalismo» de tais medidas, recusando-as. A sua posição de centro-direita opõe-se ainda a Benn num ponto muito impor-

taute (que, de resto, já havia despoletado a crise no seio do partido, meses atrás): a questão da obediência dos parlamentares trabalhistas às decisões e programa do partido aprovados pelos órgãos seusuperiores.

Benn bate-se por que os parlamentares sejam obrigados a aplicar nos Comuns essas decisões — e essa é a política defendida pela ala esquerda do partido. Healey, pelo seu lado, alinha pela posição de direita do partido, que pretende deixar aos deputados a liberdade de actuar como muito bem entenderem, independentemente das po-

sições defendidas em Conferência do partido.

As coisas não ficaram resolvidas nesta votação, como se desprende das palavras de John Silkin, antigo ministro da Agricultura e que na primeira volta da votação funcionara como o «candidato do compromisso». «Foi como se não tivesse havido eleição», comentaria Silkin.

Mas o facto é que certas ideias progressistas defendidas por Benn, outrora extremamente minoritárias dentro do partido, recolhem hoje a adesão de praticamente metade dos trabalhistas.

Gerardo Cuenta morreu na prisão

Preso desde 1976, morreu recentemente nas masmorras do regime ditatorial urguaião o sindicalista da CNT, Gerardo Cuenta.

A CGTP-IN, em comunicado de 25 de Setembro findo, presta homenagem àquele trabalhador metalúrgico, «vitimado pelos maus tratos e pelo regime prisional particularmente duro como é o aplicado aos presos políticos no Uruguai».

A Central unitária dos trabalhadores portugueses, ao apresentar condolências à Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) recorda «com emoção a figura daquele destacado dirigente sindical» e, em sua memória, apela à solidariedade de todos os trabalhadores e democratas para com «a justa luta dos trabalhadores e do povo do Uruguai pela democracia e pela liberdade no seu país».



Poder local

A Câmara APU cumpriu – deve continuar

LOURES 400 mil habitantes no ano 2000

O estudo de infra-estruturas de saneamento básico da região de Lisboa realizado em 1978 previa para o concelho de Loures, no ano dois mil, uma população de cerca de quatrocentos mil habitantes. A ausência de quaisquer medidas para disciplinar o desenvolvimento da região tornaram aquele estudo completamente ultrapassado.

O crescimento incontrolado dos concelhos envolventes da capital e os graves problemas inerentes têm em Loures um dos seus expoentes máximos.

Com uma área de 193 km² o concelho de Loures conta actualmente com uma população de cerca de 300 mil habitantes e 192 mil eleitores. Se se tiver em consideração que a população triplicou em apenas vinte anos, compreende-se melhor a gravidade dos problemas que afectam este gigante dormitório de Lisboa. Porque o concelho de Loures é um dormitório para cerca de 56 por cento da sua população, enquanto a zona industrial não compreende mais de 37 por cento dos habitantes e a zona rural apenas cerca de 7 por cento.

A explosão populacional registada naquele concelho reflectiu-se em todos os domínios da vida local. Só em consumo de água passou-se de 6,7 milhões m³ em 1970 para 16 milhões em 1980. O consumo de electricidade aumenta ainda mais, passando de 60 milhões de Kwh em 1970 para 220 milhões de

Kwh. Se se tiver presente a inadequação das estruturas para semelhante desenvolvimento acaba por se perguntar como é que, apesar de tudo, a situação não é ainda mais catastrófica.

A semelhança doutros concelhos junto à capital, Loures sofre ainda hoje as consequências da política urbanística de centralização característica do fascismo, ao serviço das classes dominantes, onde a corrupção e a especulação eram as formas mais adequadas para garantir o maior lucro.

Assim se chega à apropriação dos solos para especulação, à criação dos dormitórios, à falta de infra-estruturas e de equipamentos colectivos.

Esta a realidade que se vive também no concelho de Loures, mais os seus milhares de habitantes em construções clandestinas e bairros de barracas. Sete anos depois de Abril alguma coisa se fez para a modificar, embora em muitos sectores ainda mal se tenham começado a dar os primeiros passos.

É isso porque a resolução da generalidade dos problemas de fundo ultrapassam o âmbito da autarquia, dependendo do essencial do empenhamento do poder central, da sua capacidade de resposta às solicitações do poder local, da sua vontade política em servir o povo e o país. Só assim será possível resolver as carências habitacionais, melhorar os transportes, defender o direito à saúde, ao trabalho, aproveitar plenamente as potencialidades locais.



Serra da Luz, uma das muitas obras que a coligação PS/AD na Câmara de Loures boicotou, forçando a interrupção de uma gestão democrática ao serviço da população

Habitação Uma prioridade mas sem especuladores

As carências habitacionais do concelho de Loures estão calculadas em cerca de 24 500 fogos, o que significa que um quarto da população está mal alojada. Estudos sobre o assunto revelam que se se pretendesse resolver o problema para a população actual, atendendo ao crescimento demográfico, no período de dez anos, teriam de ser construídas quatro mil habitações por ano.

A responsabilidade do Governo

Considerando que trinta por cento da população não tem condições económicas para adquirir casa própria nem mesmo recorrendo aos empréstimos com «juros bonificados» que sessenta por cento poderá comprar casa através de cooperativas ou com juros bonificados; que dez por cento está em condições de recorrer ao mercado livre de habitação; as quatro mil casas a construir anualmente teriam de ser postas no mercado em número e modalidades completamente diversas.

Para o primeiro caso, seriam necessárias 1200 habitações de renda económica; para o segundo, 2400 casas de renda limitada ou de construção cooperativa; para o terceiro, 400 habitações de venda livre com recurso aos empréstimos normais.

Determinadas as carências a primeira questão que se coloca é saber quem e com que verbas poderá satisfazer as necessidades da população no âmbito da habitação.

Com excepção do grupo que pode recorrer à venda livre, os restantes só conseguirão resolver o seu problema se existirem no mercado fogos que tenham em conta a sua capacidade económica. Assim, para o primeiro grupo, as 1200 habitações teriam de ser construídas ou pela Câmara, com empréstimos a fundo perdido, ou pelo Fundo de Fomento de Habitação (FFH).

Mesmo nestas condições tal número de casas obrigaria a um investimento anual (segundo as estimativas) de pelo menos 1 200 000 contos só para a construção e a 180 000 contos para terrenos e infra-estruturas (o que perfaz um investimento anual de 1 380 000 contos), sem contar com as despesas de administração, de elaboração de projectos e de fiscalização técnica.

Se se tiver em consideração que o orçamento da Câmara de Loures é de um milhão e quatrocentos mil contos, compreende-se como é inviável a resolução do problema sem o empenhamento do poder central.

É isto torna-se tanto mais válido quanto para a construção das outras 2400 habitações para o segundo grupo seria igualmente necessário recorrer às cooperativas ou à Câmara com empréstimos bonificados, ou ainda às empresas de construção com contratos de desenvolvimento avaliados pela Câmara

uma única casa tenha iniciado» – durante a presidência de Severiano Falcão terminaram-se os dois empreendimentos camarários em curso em S. António dos Cavaleiros, 110 fogos, e Póvoa de S. Adrião (Quinta da Quintinha), 130 fogos, para além de se iniciar o empreendimento da Mealhada, de 206 fogos.

Cabe referir que em relação a este último empreendimento foi concretizado o pedido de empréstimo ao Fundo de Fomento de Habitação, que no entanto não foi satisfeito nem em 1980 nem em 1981. O que se traduz por mais um boicote do poder central à louvável e legítima decisão da autarquia em melhorar as condições de habitação no concelho.

Mesmo assim a Câmara APU mandou elaborar o projecto de infra-estruturas para a Mealhada, promoveu o respectivo concurso público e iniciou as obras das mesmas.

De salientar ainda que a Câmara APU deixou em estudo o aproveitamento urbanístico para os terrenos camarários de Trigueira, Famões, Pontinha (Paia), Arroja e Odivelas. Nes-

Muita coisa foi feita

Contrariamente também ao que a propaganda do PS afirma – «... as operações SAAL que a APU deixou também cair no marasma...» – a gestão do Povo Unido deu um novo impulso aos empreendimentos SAAL quer completando quer iniciando e promovendo a construção de infra-estruturas nos terrenos a eles destinados.

Foi assim que se completou a primeira fase das infra-estruturas do Casal dos Marcos, que se executaram as infra-estruturas no Bairro de Angola, se avançou no Bairro de S.º António e se iniciou a construção das infra-estruturas do Bairro da Manjoieira. As infra-estruturas para o empreendimento da Quinta das Pencheiras foram entregues à Câmara.

Nos terrenos já infra-estruturados a situação também avançou, encontrando-se em condições de se iniciarem as construções de habitações para as Associações de Moradores da Vitória (Moscavide), de Casal dos Marcos, de Os Progressistas, de A Força da Razão, de Os Pencheirenses e de 25 de Abril. Em condições de prosseguir para a segunda fase estão as Associações de Moradores de A Força do Povo e do Catujal.

Nos empreendimentos corresponsáveis a estas Associações está prevista a construção de mais de 800 fogos. Para eles foram devidamente organizados – o que não foi feito durante os três anos de gestão PS/AD – os pedidos de financiamento ao FFH. Estes pedidos, feitos antes do final de 1980, não mereceram ainda resposta oficial.

A gestão APU avançou ainda com o processo de posse dos terrenos destinados a estas operações, negociando as indemnizações a pagar aos proprietários a quem foram expropriados, nomeadamente no que se refere aos terrenos da Manjoieira, da Qt.ª da Torre, do Bairro de Angola e do Catujal. Foi feito também um acordo com a FNMA para garantir a posse dos terrenos do Casal dos Marcos pela Câmara, estando em curso na altura da «quenda» da Câmara o processo de cedência dos terrenos do Prior-Velho.

Não se pode pois dizer em abono da verdade, que tenha sido feito pouco no domínio da habitação, numa gestão de 18 meses que enfrentou o boicote sistemático da coligação PS/AD, o desfalçamento das suas finanças pelo poder central que não aplicou a Lei das Finanças Locais, o bloqueio sistemático dos organismos oficiais aos pedidos de financiamento para a habitação social.

Finalmente, quem foi que não cumpriu?

A propaganda do PS e da AD mente quando diz que a Câmara APU não fez nada pela habitação. E se mais não foi feito isso deve-se ao boicote do poder central

venda ultrapassariam muito os apresentados.

A resolução do problema passa, deste modo, para todos os efeitos, para a quase total responsabilidade do poder central, cabendo às autarquias mais o empenhamento político na sensibilização dos organismos oficiais para as carências existentes.

A acção possível

Apesar de tudo o que ficou exposto as autarquias de gestão democrática têm procurado contribuir, na medida do possível, para minorar as carências no sector da habitação.

A gestão APU no concelho de Loures orientou-se fundamentalmente, neste sector, para a concretização dos empreendimentos que já estavam programados.

Como se decidisse ali, portas dentro do concelho. Como se a aplicação ou não da Lei das Finanças Locais não tivesse importância nenhuma. Como se o governo «AD» não fosse responsável por nada.

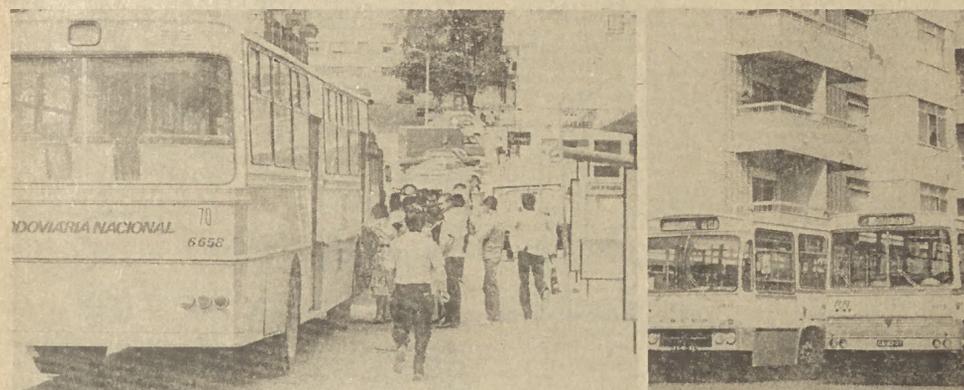
Assim, ao contrário do que a propaganda PS/AD procura fazer crer, – que a APU nos 18 meses do seu mandato nem

ter terrenos prevê-se a construção de mais de 600 habitações. As Cooperativas de Habitação não foram esquecidas, nomeadamente no que se refere a cedência de terrenos, quer para a Solcaça (Bucelas) quer para a Cooplar (Moscavide).

Por outro lado, a utilização dos empréstimos PRID (reparação de imóveis degradados) foi iniciada pela APU em 1980 com um financiamento de 5 mil contos, tendo sido solicitado novo empréstimo em 1981, no valor de 10 mil contos, ao FFH.

Cabe referir, a propósito, que foi a gestão APU quem pagou as dívidas contraídas pelo anterior executivo ao Fundo de Fomento de Habitação, que estavam a vencer um «médio» juro de 20 por cento e que já atingiam um valor de 30 mil contos. Curioso também salientar, como exemplo dos critérios diversos com que se cose a actual Comissão Administrativa PS/AD, que esta decidiu retirar 40 mil contos do Orçamento Ordinarário elaborado pela APU ao empreendimento da Mealhada.

Para cobrir, quem sabe?, mais passadas demagógicas à Nazaré como a recentemente realizada pela módica quantia de 1800 contos....



A melhoria dos transportes é um desejo legítimo da população. Mas não é com medidas demagógicas que o problema se resolve, sob pena da população ter que pagar por eles um elevado preço

Transportes A demagogia PS/AD e a realidade

A situação dos transportes no concelho de Loures, como na generalidade dos grandes dormitórios, está longe de corresponder às necessidades da população, nomeadamente no que se refere às ligações com a capital, nas chamadas «horas de ponta». A resolução deste problema, que necessariamente afecta uma parte considerável dos 56 por cento da população que trabalha fora do concelho, passa pela acção conjugada dos próprios habitantes, dos órgãos de poder local e dos organismos responsáveis pelos transportes colectivos.

As populações cabe o importante papel de fazer sentir às restantes entidades as suas carências, alertando para a necessidade de reforço das carreiras já sobrecarregadas, apresentando alternativas de percurso, horários, etc.

Os órgãos de poder local, nomeadamente Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, têm a seu cargo, para além da recolha e canalização para as vias competentes dos desejos da população, a tarefa de criar as condições para viabilizar o percurso dos transportes colectivos. Torna-se evidente que é irrealista solicitar uma carreira para onde não existem ainda vias de acesso em condições de ser utilizadas, por exemplo, ou onde não existem levantamentos das necessidades e se ignora em que medida se justifica realmente a criação de novas carreiras.

Finalmente, as entidades responsáveis a nível central pelos transportes cabe analisar todos os dados assim recolhidos, fa-

zer os seus estudos e actuar em conformidade.

Não se trata de um campo de acção em que os resultados do trabalho desenvolvido sejam imediatamente visíveis. Na maior parte dos casos, população e autarquias batalham durante longo tempo para conseguir melhorar os seus transportes.

Mal tiveram tempo de aquecer o lugar e aí estão as carreiras caídas do céu aos trambolhões...

tes, sucedendo frequentemente que quando se concretiza a formação de uma nova carreira ela já é insuportável para as necessidades locais.

Demagogia barata

Daí que não se possa deixar de se considerar demagogia ba-

rata um dos muitos anúncios com que a actual Comissão Administrativa da Câmara de Loures (PS/AD) invadiu os jornais dando conta das novas carreiras que agora vão entrar em funcionamento no concelho de Loures. Dizem os anúncios, pagos com os dinheiros públicos, que «no prosseguimento da política de coerência, bla, bla, bla...» a população vai ficar melhor servida de transportes.

Um espanto. É o que se chama «chegar, ver e vencer». Mal tiveram tempo de aquecer o lugar e aí estão as carreiras caídas dos céus aos trambolhões...

É claro que não contaram para nada os múltiplos contactos realizados durante a gestão APU com a Rodoviária Nacional para a criação ou reforço de carreiras em Camarate-B.ª Santia-

go-B.ª Areias; Apelação-Entre Campos; Vila Franca-Areiro; Caneças-Lisboa; Caneças-Vale Nogueira; Caneças-Alvalade; Póvoa-Entre Campos; Montemor-Alvalade; Eucelas-Lisboa.

É claro que não contaram para nada os contactos com a Carris para o prolongamento da carreira 19 à Portela; nem tão pouco a criação das carreiras

Cais do Sodré-Portela e Praça do Comércio-Portela, por acaso inauguradas em 2/2/81 com o terminal executado pela Câmara APU.

Não. Nada disso tem valor porque a coligação PS/AD já fez anunciar que ela sim «prosseguia a sua política» – lamentavelmente não diz quando a iniciou – para servir a população.

Os arranjos que os construtores civis não arranjaram não têm importância nenhuma. A Câmara arranja. O que é preciso é que os novos autocarros cheguem antes das eleições para colher alguns votos.

E prometer o metro. E dizer que os eléctricos rápidos até Moscavide (ainda em estudo) estão mesmo a chegar. E, sobretudo, fazer crer que os problemas de fundo dum concelho como o de Loures estarão resolvidos com a tal Câmara que anuncia com dinheiros públicos os frutos do trabalho dos outros.

Como se a aplicação ou não da Lei das Finanças Locais não tivesse importância nenhuma. Como se o governo «AD» não fosse responsável por nada. Não é assim que trabalha a APU. As promessas não têm lugar num projecto de trabalho sério, realista, consciente das realidades.

Mas os frutos que se colhem de um trabalho honesto, sério, competente são realidades. É com a população e com trabalho dum gestão democrática que os transportes, como o resto, serão melhorados.

Álvaro Cunhal na campanha: «O inimigo da democracia é a 'AD'»

O diálogo. O contacto. O debate público dos problemas. O aparecer na rua, na praça, no local. O falar claro sobre as questões. O definir sem ambiguidade sobre a escolha que se apresenta. Assim se pode dizer do que tem acontecido no concelho de Loures nos últimos dias, na campanha que prepara o acto eleitoral para a autarquia daquele concelho, na qual o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal tem participado activamente, sempre calorosamente recebido pelas populações.

Em cada uma destas jornadas, centenas de pessoas escutam e aplaudem, algumas colocam questões e estabelecem-se desde logo o debate franco e aberto. Desmentindo as calúnias lançadas pelos que apostam na distorção da verdade para recolher dividendos, todos participam, democraticamente, na campanha da Aliança Povo Unido.

Um exemplo: em Moscavide, na quinta-feira passada, um militante socialista pegou no microfone. E na frente de todos distribuíram o jornal «APU presta contas». As contas do Povo Unido são claras. Claro ficou portanto que a gestão da APU só não foi tão completa como se desejaria porque tanto o PS como a «AD», aliados, decidiram derrubar uma

Câmara que trabalhava apenas no interesse popular. Na segunda-feira, o camarada Álvaro Cunhal foi a Sacavém. No Largo da Caixa de Previdência, ao fim da tarde, centenas de pessoas reuniram-se para participar. Nos prédios

vizinhos, bandeiras da APU e do PCP, gente que deixava as lides de casa para vir à janela. Na praça, muitos jovens entre a multidão.

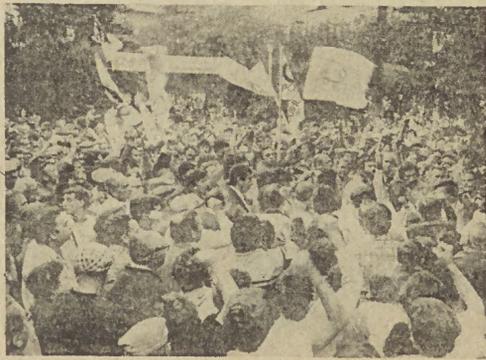
«Estas eleições podem ter o mérito de demonstrar que as alianças antidemocráticas não terão êxito», afirmaria o secretário-geral do Partido que sublinharia a sua importância para demonstrar, por outro lado, que é a unidade de todos os democratas, incluindo os socialistas, que pode defender a democracia.

Sublinhando que os democratas não se deixarão arrastar pelas provocações que a campanha já deixou vir a lume, da parte de elementos do PS, Álvaro Cunhal insistiria em que o objectivo dos comunistas e dos seus aliados é correr com a «AD» das presidências das Câmaras e não com os socialistas.

Esta questão seria de novo abordada pelo dirigente comunista, no dia seguinte, quando, também acompanhado pelo camarada Severiano Falcão, foi a Loures, no encontro realizado na Praça 4.ª de Outubro: «E a AD que tem de ser derrotada, não é o PS!». Este discurso, de sentido diametralmente oposto ao que o secretário-geral do PS, Mário Soares, proferira na véspera em Moscavide, impressionou favoravelmente os democratas presentes, que aplaudiram. «O inimigo do nosso povo e da democracia portuguesa é a 'AD'», vinco bem Álvaro Cunhal.



Uma campanha de massas, feita no diálogo e no contacto vivo com as populações



Tal discurso não foi porém isento de críticas, recordando aos presentes que Mário Soares e os dirigentes socialistas se não lembraram de se unirem aos democratas – aos comunistas – para derrubar as presidências «AD» em inúmeras Câmaras do país, entre elas três capitais de distrito: Coimbra, Portalegre, Faro... Uma campanha dinâmica, na qual a certeza da vitória é cada vez mais patente, vai continuar. Amanhã, a deputada comunista Zita Seabra, fala, às 21 horas no Olival Basto; no sábado, António Abreu vai, às 15 horas, à Junta da Póvoa de Santo Adrião; também aí, no mesmo dia, às 21 horas, a juventude da APU realiza um espectáculo; domingo, o camarada Octávio Pato fala em Odivelas, num comício que culmina o espectáculo em que participa Paulo de Carvalho; no dia 5 de Outubro, às 15 horas, no ringue de patinagem, um espectáculo integra os artistas Carlos do Carmo, Maria de Amparo e Carlos Moniz, entre outros; no comício que se seguirá, participa o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC e presidente do grupo parlamentar do PCP.

**Tarefas
para a vitória
democrática
contra a política
e o plano subversivo
da «AD»**

Documento aprovado
na reunião plenária do Comité Central
do PCP realizada em 26/9/81

Tarefas para a vitória democrática contra a política e o plano subversivo da «AD»

Na sua reunião plenária realizada em 26 de Setembro, o Comité Central do Partido Comunista Português examinou a situação decorrente da formação do novo Governo «AD».

O CC considerou os aspectos essenciais da previsível degradação da situação económica e financeira e das condições de vida do povo, da continuação da ofensiva contra as conquistas da revolução, da política externa de submissão ao imperialismo.

O CC preveniu da utilização da demagogia pelo Governo «AD» e definiu a atitude a tomar em relação a ela.

O CC examinou também o relançamento do plano subversivo e golpista da «AD» para a liquidação do regime democrático, dando particular relevo ao perigo iminente da revisão inconstitu-

cional da Constituição por acordó da «AD» com o PS.

O CC examinou a saída da crise económica, social e política e as possibilidades reais duma alternativa democrática e insistiu na urgência da demissão do Governo «AD» e na realização antecipada de eleições para a Assembleia da República, que permitam a formação de uma maioria democrática que sirva de base a um governo democrático e garanta a inteira legalidade da revisão da Constituição.

O CC aprovou uma proposta de uma Plataforma de 5 pontos para a acção comum das forças democráticas.

O CC examinou ainda os problemas da unidade dos democratas, das formas de acção, do reforço dos movimentos e organizações unitárias e do reforço do próprio Partido como força essencial para uma alternativa democrática.

1.

A formação do novo Governo «AD» – erro grave que importa corrigir

A profunda crise da «AD» e do seu governo, que conduziu à demissão do Governo Balsemão e à formação do Governo Pinto Balsemão/Freitas do Amaral, foi o resultado de uma crise mais profunda de carácter económico, social e político.

A crise da «AD» e do seu governo foi o resultado da incapacidade da «AD» resolver os problemas nacionais, do agravamento da situação económica e social, da impotência da «AD» para realizar plenamente o seu plano em virtude da firme, massiva e continuada resistência dos trabalhadores e das massas populares.

A política «AD» falhara. A situação do País agravara-se. A própria «AD», como coligação, acusava, no vergonhoso espectáculo de rivalidades, insultos mútuos, ambições e conflitos, uma rápida desagregação. Essa crise colocou na ordem do dia, não só a necessidade imperiosa como a possibilidade real de afastar a «AD» do governo e de criar rapidamente condições para uma alternativa democrática.

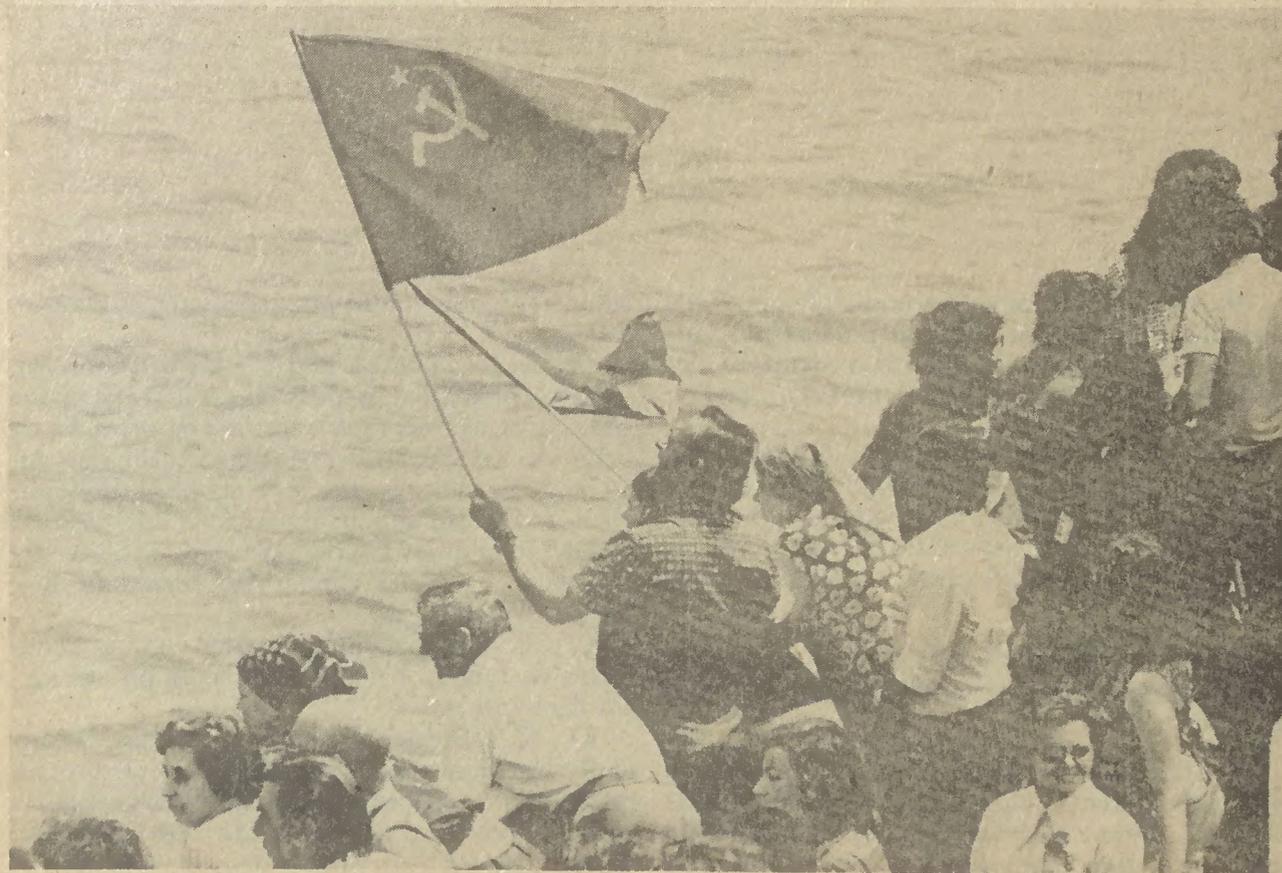
O CC reafirma a apreciação feita pelo Partido acerca de causas imediatas fundamentais que levaram, numa tal crise, não ao afastamento da «AD», como era imperiosamente necessário e inteiramente possível, mas à formação de um novo Governo «AD».

A primeira foi a posição de Mário Soares e do PS, defendendo sistematicamente a formação de um novo Governo «AD» e atirando assim à «AD» (como já tem sido dito) uma boia de salvação no preciso momento em que a «AD» começava a naufragar.

A segunda foi o facto de o Presidente da República e o Conselho da Revolução não terem avaliado correctamente não só o grau de decomposição da «AD» e as consequências desastrosas para o País da continuação da sua política, como os novos e sérios perigos para a democracia resultantes da formação do novo Governo «AD» num período em que terá lugar a revisão da Constituição.

O PCP considera que o regime democrático perdeu uma oportunidade extremamente favorável de reafirmar o valor das suas instituições e de afastar os perigos que resultam do facto de constituírem governo e disporem de maioria na Assembleia da República forças políticas que, contra a vontade do povo, querem destruir a democracia portuguesa e instaurar uma nova ditadura.

Trata-se de um erro grave, que é ainda possível corrigir, mas que, para tal, necessita de ser compreendido por todas as forças democráticas e pelas instituições em todas as suas eventuais consequências.



2.

O novo Governo «AD» agravará mais a situação

O novo Governo «AD», tal como o anterior, não só não resolverá como agravará todos os grandes problemas nacionais, acentuando designadamente o descalabro económico e a degradação das condições de vida do povo.

Com a política de restauração do capitalismo monopolista a situação económica e financeira do País continuará a degradar-se. Estagnada a produção industrial e agrícola, diminuída a capacidade utilizada, aumentam os stocks de produtos e matérias-primas e baixam as exportações e as carteiras de encomendas. Prevê-se que o défice do Orçamento Geral do Estado venha a atingir 180 milhões de contos, o défice da balança comercial mais de 200 milhões de contos, o défice da balança de transacções correntes 100 milhões de contos. Subirá ainda mais a dívida externa (que já atinge 600 milhões de contos) e só em juros anuais por essa dívida (cujos fundos foram aplicados principalmente em consumo e não em investimentos) Portugal terá de pagar cerca de 60 milhões de contos – encargo parasitário da nossa economia, travando o desenvolvimento. Os pesadíssimos acordos com o FMI, a política de integração na CEE, irão hipotecar a independência e o desenvolvimento económico.

A continuação da política da «AD» com o seu novo governo significará também a **degradação das condições de vida do povo.**

Baixarão ainda mais os salários reais (que é necessário calcular não apenas em função do aumento dos preços, mas também tendo em conta os benefícios sociais retirados). Continuará a ser travada a revisão dos CCT e satisfação dos cadernos reivindicativos. Aumentará o número de empresas com atraso do pagamento de salários. A coberto da «disciplina» dos trabalhadores (aos quais o Primeiro-Ministro insultuosamente chama «parasitas») o novo Governo «AD» multiplicará a repressão nas empresas a fim de impor uma brutal intensificação dos ritmos de trabalho. Continuará o encerramento de empresas. Continuarão os despedimentos a agravar o desemprego. A nova «legislação laboral» já anunciada procurará limitar direitos e liberdades fundamentais entre os quais o direito à greve e intensificará a exploração dos trabalhadores e o poder do patronato. As mulheres e os jovens sofrerão discriminações crescentes. Os reformados, pensionistas e deficientes verão baixar ainda mais os seus recursos.

A ofensiva inconstitucional contra a reforma agrária (nos moldes habituais e com novos processos) e a ofensiva contra as nacionalizações (abertura do sector bancário e outros sectores básicos ao capital privado, entrega de empresas aos capitalistas, gestão ruínosa por gestores «AD», cortes de crédito, etc.), não só darão novos golpes nestas duas grandes conquistas da revolução e na economia nacional, como aumenta-

rão o desemprego e acentuarão o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Centenas de milhões de contos serão entregues aos grandes capitalistas como indemnizações e a outros títulos, enquanto são roubadas às autarquias somas que lhes cabem pela Lei das Finanças Locais, e se declara não haver verbas para dar solução a problemas fundamentais da indústria, da agricultura, dos transportes, da habitação, do ensino, da saúde, do nível de vida do povo.

Os pequenos e médios agricultores verão a sua situação agravar-se ainda mais com o desprezo completo do novo Governo pelos problemas da agricultura, com preços ruinosos, não compensadores nem garantidos, com o aumento dos preços dos factores de produção, com as dificuldades de escoamento, com o aumento da especulação dos grandes intermediários, com as crescentes dificuldades no acesso ao crédito, com o assalto dos senhorios ricos contra os rendeiros e dos caciques locais para roubarem os baldios aos povos.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais verão os seus interesses sacrificados à política de restauração dos monopólios, sufocando com os cortes do crédito e as elevadas taxas de juro, e com a restrição do mercado interno pela baixa do poder de compra das massas.

A par da degradação da situação económica degrada-se também a situação cultural do Povo português. Agrava-se a selectividade de classe no acesso ao ensino, deteriora-se o aparelho escolar, atenta-se contra a participação democrática, bloqueiam-se as organizações culturais populares, permanece a incapacidade para proteger o património cultural nacional e o seu aproveitamento no interesse das populações, acentuam-se a desinformação, o partidarismo e a degradação cultural nos grandes meios de comunicação social de massas.

Os intelectuais e quadros técnicos verão agravar-se as suas condições de vida e de trabalho, a desmotivação criativa, restringindo-se a possibilidade de darem uma repercussão social e nacional ao seu trabalho, tentando voltar a transformá-los em agentes executivos ao serviço do grande capital e do imperialismo.

A política de restauração do capitalismo monopolista e a degradação da situação económica e financeira e das condições de vida do povo, **caminha a par da acentuação de uma política externa de subserviência ao imperialismo**, tanto no plano económico, como nos planos diplomático, político e militar, agravando a dependência económica e política do País, aumentando os encargos com a NATO, cedendo a exigências aventureiristas do governo Reagan e criando graves riscos para a segurança dos portugueses.

3.

Táctica actual do plano golpista

Com a formação do novo Governo «AD» e com a entrada de Freitas do Amaral para ministro da Defesa, a «AD» relança, numa nova situação e em novos moldes, o seu plano subversivo e golpista derrotado estrondosamente nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro.

A «AD» prossegue o seu objectivo de assalto e tomada completa do Poder e de liquidação do regime democrático.

Para atingir tal objectivo continuará a utilizar os processos inconstitucionais e ilegais que até agora tem utilizado na actuação corrente do Governo e da sua maioria na Assembleia da República. Continuará em todos os sectores da vida nacional a tomar medidas e decisões e a fazer aprovar leis e decretos manifestamente inconstitucionais. Continuará a tentar reduzir por todas as formas a vida democrática no País, incluindo com a limitação dos direitos dos partidos da oposição na Assembleia da República. Continuará a obra de destruição sistemática da reforma agrária, das nacionalizações, dos direitos dos trabalhadores — parte integrante do regime democrático. Continuará a limitar direitos e liberdades e a utilizar medidas repressivas. Continuará a monopolizar e a manipular os meios de comunicação social estatizados. Continuará a destruir a realidade do Portugal democrático criado pela

revolução de Abril e a introduzir na vida económica, social e política elementos percursores duma nova ditadura. Não se limitará porém a esses métodos.

Como actividade fulcral do plano subversivo e golpista, a «AD» (a partir do Ministério da Defesa com Freitas do Amaral e do Ministério da Administração Interna com Ângelo Correia) relança a conspiração militar associada à definição de uma política de defesa nacional, à elaboração de uma nova lei do serviço militar, à criação de um serviço de informações preparatório de uma nova PIDE, e, particularmente, à revisão da Constituição.

Na esperança de conseguir, com a revisão da Constituição, criar condições extremamente mais favoráveis para o desmantelamento das instituições democráticas, a conquista total do Poder e a liquidação final do regime, a «AD» pode ser levada a tentar evitar decisões e medidas que possam precipitar uma nova crise do Governo a que não consiga sobreviver.

Esta situação obriga a considerar tanto a luta aberta contra a acção do Governo «AD» dentro da sua política tradicional, como a prevenção e pronto desmascaramento das afirmações e medidas demagógicas que a «AD» possa vir a tomar.



4.

Desmascarar a demagogia e exigir o cumprimento de promessas demagógicas

A «AD» tem consciência de que a crise por que passou lhe poderia ter sido fatal. Por isso é de esperar que, tentando evitar nova crise antes da revisão da Constituição, o Governo «AD», a par de medidas e decisões abertamente inconstitucionais, ilegais e arbitrárias, use declarações, promessas e medidas demagógicas a fim de enganar o povo, amortecer a indignação e travar o desenvolvimento da resistência e da luta de massas.

Quaisquer eventuais medidas e decisões do Governo «AD» favoráveis aos interesses do Povo português não serão expressão da sua política real, mas apenas concessões a que a «AD» foi forçada pela luta dos trabalhadores e das massas populares. Não serão expressão do cuidado da «AD» pelos interesses populares, mas expressão do seu medo da derrota, da sua incapacidade de vergar a vontade combativa do Povo português. Tais eventuais medidas e decisões (como o aumento do salário mínimo e do subsídio do desemprego, aumentos de reformas e pensões, certa pausa na ofensiva contra a reforma agrária) representarão sérias derrotas da política da «AD» e vitórias reais do Povo português, devidas à sua firme resistência.

Ante declarações e promessas demagógicas do Governo «AD» é necessário simultaneamente, por um lado, desmascarar firmemente a demagogia e os seus verdadeiros objectivos, por outro lado, exigir o seu cumprimento sempre que favorável aos trabalhadores, ao Povo português, à democracia.

Assim, como exemplo, é de exigir desde já do Governo «AD» o cumprimento efectivo das declarações feitas acerca do cumprimento pelo Governo das sentenças do Supremo Tribunal Administrativo que anularam a entrega de reservas de terras roubadas às UCPs/Cooperativas e das promessas de anulação das decisões ilegais.

Eventuais medidas, decisões, declarações e promessas demagógicas do Governo «AD» não reflectem força mas fraqueza da «AD», não reflectem confiança da «AD» em si própria, mas medo do futuro.

Eventuais medidas, decisões, declarações e promessas demagógicas da «AD» não devem criar quaisquer ilusões acerca da política e dos planos da «AD», mas sim reforçar a luta contra tal política e tais planos.

5.

Um perigo iminente: a revisão inconstitucional da Constituição

A revisão inconstitucional da Constituição representa um papel decisivo no plano subversivo e golpista da «AD». Violando grosseiramente os termos legais da revisão (designadamente alterando matérias não susceptíveis de revisão – indicadas no art.º 290.º) o projecto de revisão da «AD» tem dois objectivos fundamentais.

O primeiro objectivo é eliminar da Constituição ou alterar radicalmente os preceitos relativos às grandes conquistas democráticas da revolução (liberdades e direitos dos trabalhadores, organização económica, nacionalizações, reforma agrária), abrindo assim caminho à destruição completa dessas conquistas e à restauração do capitalismo monopolista e do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

O segundo objectivo da «AD» na revisão da Constituição é dissolver o Conselho da Revolução e retirar ao Presidente da República os seus poderes essenciais (designadamente o de nomear os chefes das Forças Armadas) abrindo assim caminho à aprovação impune de leis inconstitucio-

nais, à eternização do Governo «AD», à paralisação da intervenção política do Presidente da República ou à sua demissão, à desestabilização da situação militar, ao afastamento dos militares de Abril e à restauração de uma hierarquia fascizante nas Forças Armadas, que dê suporte militar ao plano contra-revolucionário da «AD».

A «AD» pretende realizar a revisão no mais curto espaço de tempo. Insultando a data gloriosa do levantamento vitorioso do MFA pretende que a sua revisão seja aprovada em Fevereiro e seja posta em vigor em 25 de Abril próximo, ou seja, dentro de sete meses.

Se a «AD» obtivesse a revisão que pretende, tentaria a partir de Fevereiro começar o desmantelamento das estruturas e das instituições democráticas de forma a poder passar à fase final de liquidação do regime a partir de Abril.

A revisão da Constituição que a «AD» pretende realizar representa um perigo mortal para a democracia. É um autêntico golpe de Estado visando a liquidação do regime democrático. É uma questão vital impedir que tal plano seja realizado.

6.

O «pacto de regime» PS-«AD» e o plano golpista

A «AD» sozinha não pode realizar uma tal revisão da Constituição. Para alterar, substituir ou eliminar qualquer preceito da Constituição são necessários dois terços de votos na Assembleia da República e a «AD» não dispõe desses dois terços.

Só com os votos dos deputados do PS é possível a revisão que a «AD» pretende realizar.

Nestas condições, a aliança do PS com a «AD» para efeito da revisão da Constituição é um instrumento essencial da operação contra-revolucionária conduzida pela «AD».

Os factos (declarações de M. Soares e outros dirigentes do PS e da «AD», negociações em curso e o projecto de revisão apresentado pela FRS) mostram serem reais os perigos dessa aliança, desse «pacto».

Nas negociações em curso entre o PS e a «AD», Mário Soares pretende apresentar-se como defensor da Constituição no que respeita

aos princípios de organização económica e às liberdades e direitos dos cidadãos.

Mas, mesmo que a «AD» transija nessas matérias, se na Assembleia da República o PS se juntar à «AD» (seja na base do projecto «AD», seja na base do projecto FRS) para liquidar o Conselho da Revolução, transferir para o Governo competências do Presidente da República (designadamente a nomeação dos chefes militares e a administração das Forças Armadas) e para dismantelar os dispositivos de controlo da constitucionalidade das leis, o PS dará uma contribuição decisiva para que a «AD» tome conta de todo o poder político e militar e leve por diante o seu golpe de liquidação do regime democrático (continuando a violar a Constituição, como é sua prática).

Por isso uma séria reconsideração por parte da FRS das suas posições e do seu próprio projecto nestes pontos capitais da organização do poder político torna-se uma exigência premente para a defesa do regime democrático.

7.

A crise continua: impõe-se uma solução democrática

A crise da «AD» e do Governo «AD» foi temporariamente superada. Mas a crise económica, social e política, que provocou a crise da «AD» e do seu governo, continua.

Subsistindo as causas — o agravamento objectivo de todos os problemas, a luta do Povo português e das forças democráticas, o funcionamento das instituições — é de prever que elas conduzirão a nova crise do governo e a nova crise interna da «AD» (que adquire conjunturalmente um carácter latente).

Pela violação intencional, sistemática e brutal da Constituição e da legalidade democrática, pela sua obra de destruição das transformações democráticas inerentes ao regime, pela sua submissão ao imperialismo estrangeiro, pelo seu plano de liquidação do regime democrático (bem patente em toda a sua actuação e no seu projecto de revi-

são da Constituição) — a «AD» perdeu qualquer legitimidade para continuar a governar.

É tarefa de todas as forças democráticas cortar o passo à obra destruidora da «AD» no Governo e na Assembleia da República, impedir a degradação progressiva da economia e do nível de vida dos portugueses e o aumento do já monstruoso endividamento externo que vai tornando cada vez mais Portugal dependente do imperialismo. É tarefa impedir que se realize o plano subversivo e golpista da «AD» de liquidação do regime democrático que no momento actual se centra na revisão da Constituição.

Apesar de o novo Governo «AD» se ter formado há poucas semanas, a reclamação da sua demissão e de uma saída democrática para a crise económica, social e política, continua a ter plena actualidade.

8.

Governo democrático, antecipação das eleições

A demissão do Governo «AD/Balsemão/F. do Amaral, a formação de um governo de gestão que respeite a legalidade democrática, a dissolução da Assembleia da República e a consulta ao eleitorado através da realização antecipada de eleições para a Assembleia da República tornam-se objectivos de interesse vital para o povo e para o País, objectivos em que estão profundamente interessados aqueles que não querem que Portugal regresse ao passado de exploração e de opressão a que o 25 de Abril pôs termo.

A «AD» perdeu grande parte da sua base de apoio social, político e eleitoral. A derrota do candidato da «AD», Soares Carneiro, nas eleições de 7 de Dezembro tinha já demonstrado a existência de um vastíssimo e maioritário campo social e político que se opõe à «AD» e opta por uma alternativa democrática. As grandiosas lutas dos trabalhadores, a unidade da classe operária, de vastas massas camponesas e de outras camadas da população revelada na oposição ao Governo Balsemão, as quedas por vezes verticais

da votação na «AD» em eleições parciais das autarquias, mostram que a base de apoio da «AD» se restringe dia a dia.

A «AD» não tem apoio da maioria dos portugueses e não tem legitimidade, nem para prosseguir a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional, nem para proceder à revisão da Constituição.

O CC do PCP proclama que, numa tão grave situação, deve ser ouvido o Povo português e por isso a saída para a situação actual exige a realização antecipada de eleições, no mais breve prazo, em condições verdadeiramente democráticas, o que exige que estejam no Governo portugueses respeitadores da legalidade.

Pode ter-se por certo que o resultado de eleições será a derrota da «AD» e a escolha pelo eleitorado de uma nova maioria, uma maioria democrática, na base da qual deve ser formado um governo que sirva o povo e o País e na base da qual a revisão da Constituição garantirá e reforçará o regime democrático.



9.

Pontos essenciais duma Plataforma para a acção comum

Neste momento de vital importância para o futuro da democracia, do Povo português e de Portugal, todos os democratas têm o dever de procurar valorizar os objectivos e aspirações fundamentais comuns com vistas a abrir caminho a um entendimento e à acção comum.

O CC do PCP adianta uma Plataforma de 5 pontos essenciais para a acção comum dos democratas:

- 1.º — Defesa da Constituição e do regime democrático.
- 2.º — Defesa dos interesses dos trabalhadores e das condições de vida do povo.

- 3.º — Saída da crise económica e desenvolvimento do País
- 4.º — Garantia da independência, da segurança e da dignidade nacionais.
- 5.º — Derrota da «AD» e alternativa democrática.

O CC declara a prontidão do PCP para, numa profunda e franca troca de opiniões, examinar com todas as forças democráticas, assim como com forças sociais, estes objectivos, com a definição do seu conteúdo concreto, e as possibilidades de acordo e acção comum para os alcançar.

10.

Acção comum dos democratas — imperativo nacional

O entendimento e a acção comum de todos os democratas e patriotas impõe-se cada vez mais como um imperativo nacional.

Os democratas portugueses, se unidos e lutando com determinação, têm força bastante para fazer frente à política antipopular, antidemocrática e antinacional da «AD» e para derrotar o seu plano subversivo e golpista.

Uma «nova maioria» que se substitua à actual maioria de deputados da «AD» na Assembleia da República e que ofereça uma real alternativa à política da «AD», não pode ser o chamado «Bloco Central», ou seja, uma aliança do PS com o PPD/PSD com um apoio mais ou menos encoberto do CDS. O «Bloco Central» seria necessariamente uma aliança ao serviço de uma política de direita, muito próxima daquela que tem sido a da «AD».

A aliança do PS com o PSD e o CDS mostrou já, no decorrer dos anos, que só serve aos inimigos da democracia. As principais expressões actuais dessa aliança (convergências dos projectos de revisão da Constituição da FRS e «AD», apoio à central-fantoches UGT, entendimentos contra a APU nas autarquias como o caso de Loures testemunha com evidência) são manifestamente contrárias aos interesses dos trabalhadores, do povo, da democracia.

As alianças que servem o povo e o País são alianças de democratas e não alianças de democratas com reaccionários.

A única «nova maioria» capaz de representar uma alternativa democrática é uma maioria de democratas, na qual comunistas e socia-

listas têm um importante papel a desempenhar.

O CC uma vez mais confirma a plena disposição do PCP de examinar com todas as outras forças democráticas e democratas independentes todos os problemas relativos à situação política, a uma alternativa democrática, à formação de uma nova maioria — uma maioria democrática.

O CC aprova as recentes iniciativas da Comissão Política no sentido de multiplicar os contactos e trocas de opiniões com o PS e com todos os outros partidos e sectores democráticos sem excepção, incluindo elementos de sentimentos liberais da órbita do PSD.

O CC confirma a insistência do PCP neste sentido, apesar das sistemáticas recusas do secretário-geral do PS de realizar quaisquer encontros do PS com o PCP. São numerosos os socialistas que se opõem à aliança com a «AD» e que defendem a aliança com o PCP. A política de unidade é a que melhor corresponde aos sentimentos dos democratas portugueses.

Perante os sérios perigos da situação criada pela revisão da Constituição, o CC sublinha a necessidade urgente de um entendimento entre todos os democratas para impedirem que a «AD» leve a cabo o seu plano subversivo de liquidação do regime democrático. O PCP sublinha a urgência de um exame conjunto desta questão por todos os democratas.

A maioria democrática existe de facto na sociedade portuguesa, nas massas populares, no eleitorado. A unidade e a luta podem assegurar a vitória.

11.

Acção nos órgãos de soberania e nas autarquias

A par dos esforços persistentes para a acção comum a todos os níveis (nacional, regional, local, sectorial), resultante de acordos ou convergências entre todos os partidos e sectores políticos democráticos, designadamente o PS, é essencial o desenvolvimento imediato da luta política dos democratas mais consequentes e a organização e o desenvolvimento da luta popular de massas.

A luta contra a «AD» e o seu governo e por uma alternativa democrática, em defesa dos interesses populares, das conquistas da revolução, do regime democrático, deve desenvolver-se nas formas diversificadas que as características específicas da situação portuguesa tornam possíveis e necessárias: acção nos (ou junto dos) órgãos de soberania, acção nas autarquias, contribuição directa para a solução dos problemas, campanhas de informação e esclarecimento, desenvolvimento da luta popular de massas.

É indispensável que as forças democráticas continuem desenvolvendo uma acção persistente nos órgãos de soberania ou junto deles, assim como nas autarquias.

Neste sentido constituem importantes tarefas:

a) Manter nos termos constitucionais, relações com os órgãos de soberania, designadamente com o Presidente da República e o Conselho da Revolução, aos quais cabe garantir, no quadro do regime, a constitucionalidade da acção governativa e legislativa.

b) Actuar na Assembleia da República, procurando aí o entendimento dos deputados dos partidos democráticos para combater a «AD» e designadamente o seu projecto de revisão inconstitucional da Constituição.

c) Desenvolver nas autarquias um persistente trabalho ao serviço das populações e em defesa do poder local democrático, combater a gestão antidemocrática da «AD» onde ela se verifica e desenvolver, em torno de problemas concretos e em eleições parciais, a unidade dos democratas e a eleição de listas APU com larga participação, não só de membros do PCP e do MDP, como de democratas independentes e de outras tendências políticas, incluindo socialistas. A Conferência do PCP sobre o Poder Local a realizar no próximo dia 18 de Outubro, constitui uma importante contribuição dos comunistas para a melhoria do trabalho nas autarquias.

d) Recorrer aos tribunais, contra as ilegalidades e arbitrariedades do Governo «AD» e outras autoridades e exigir o cumprimento das sentenças que reponham a legalidade democrática.

Na actuação nos (ou junto dos) órgãos de soberania e das autarquias, é missão dos democratas tudo fazer para assegurar o funcionamento normal das instituições, no respeito da Constituição e pela legalidade.

A «AD» só poderá sobreviver com métodos e actuações inconstitucionais e ilegais. O funcionamento das instituições e o respeito pela legalidade condenam a «AD» à derrota e abrem caminho a uma alternativa democrática.

12.

A força e o papel determinante do movimento operário e popular

O movimento operário e popular, na sua dinâmica de massas, é chamado a representar um papel determinante na evolução da situação política.

A experiência da revolução portuguesa e seis anos de resistência heróica contra a política de

recuperação capitalista, latifundista e imperialista conduzida por sucessivos governos mostraram a força e a capacidade de intervenção das massas populares na vida económica, social e política. Se não fosse o movimento operário e a luta de massas nem se teriam realizado as grandes transformações democráticas alcançadas, nem o regime

democrático teria resistido às ofensivas que a partir do Poder lhe movem há 6 anos as forças reaccionárias.

A luta de massas continua a ter no momento presente uma importância capital para a defesa do Portugal de Abril.

Aos partidos políticos e à sua acção política cabe um papel de primeiro plano no regime democrático português. Mas as organizações e movimentos sociais, cuja actuação adquire com frequência elevado significado político, têm papel fundamental no desenvolvimento da luta popular de massas e exercem uma influência crescente na vida económica, social e política do País.

O desenvolvimento do movimento operário e popular exige:

a) O reforço da organização, do carácter unitário, da ligação às massas e do poder mobilizador do movimento sindical, com reforço de todas as suas estruturas (confederação, uniões, federações, sindicatos e organizações sindicais de empresa) e a ligação mais estreita e directa dos dirigentes sindicais com as massas. Dinamização das comissões de trabalhadores e suas estruturas de coordenação.

b) O reforço da organização e do carácter unitário, da ligação às massas e do poder mobilizador de outras organizações de classe (de pequenos e médios agricultores, de pequenos e médios comerciantes e industriais, de intelectuais, de quadros técnicos) assim como de sectores so-

ciais mais desfavorecidos como reformados e deficientes.

c) A mais dinâmica, larga e maleável estruturação dos movimentos da juventude e das mulheres.

d) A participação cada vez maior na movimentação popular de todas as organizações de carácter associativo, social, cultural, recreativo e desportivo.

e) O desenvolvimento em todas as classes e camadas sociais, antimonopolistas e todos os sectores da vida nacional, da luta de massas por reivindicações concretas imediatas, correspondendo às necessidades mais urgentes e aos problemas mais sentidos dos trabalhadores e das largas massas da população (salários, custo de vida, desemprego, preços, habitação, saúde, ensino, segurança social, conquistas democráticas, direitos e liberdades).

f) O acompanhamento com luta ideológica da acção por objectivos imediatos.

g) A ligação (explícita ou não) dos objectivos imediatos com os objectivos políticos da demissão do Governo «AD», da defesa da Constituição e do regime, da realização de eleições e de uma alternativa democrática.

A luta de massas é o motor da evolução social. Na luta de massas (aliada a outras formas de luta) reside a força essencial capaz de derrotar a «AD» e abrir caminho a uma alternativa democrática.

13.

Com o PCP unidade, organização e acção

Toda a evolução da situação política desde o 25 de Abril fornece uma prova irrefutável de que os interesses populares, as liberdades e a democracia se defendem, não contra o PCP, mas com o PCP, como força política democrática mais consequente, mais firme, mais profundamente ligada ao povo, mais determinada e mobilizadora.

O PCP aparece aos olhos de um número de cada vez mais elevado de portugueses e portuguesas como o único grande partido em condições de ser a força motora da unidade, da organização e da acção dos trabalhadores e de todos os democratas para assegurar a defesa e consolidação do regime democrático e da independência nacional, para derrotar a «AD» e afastá-la do Poder, para alcançar uma alternativa democrática com uma maioria democrática e um governo democrático.

O extraordinário sucesso da Festa do «Avante» é uma clara afirmação da força organizadora, da capacidade de realização, da dedicada militância, do alargamento da influência de massas do PCP.

O reforço do PCP em todos os aspectos da

sua actividade e o progressivo alargamento da sua influência de massas, constituem uma condição essencial para o desenvolvimento vitorioso do movimento operário, popular e democrático.

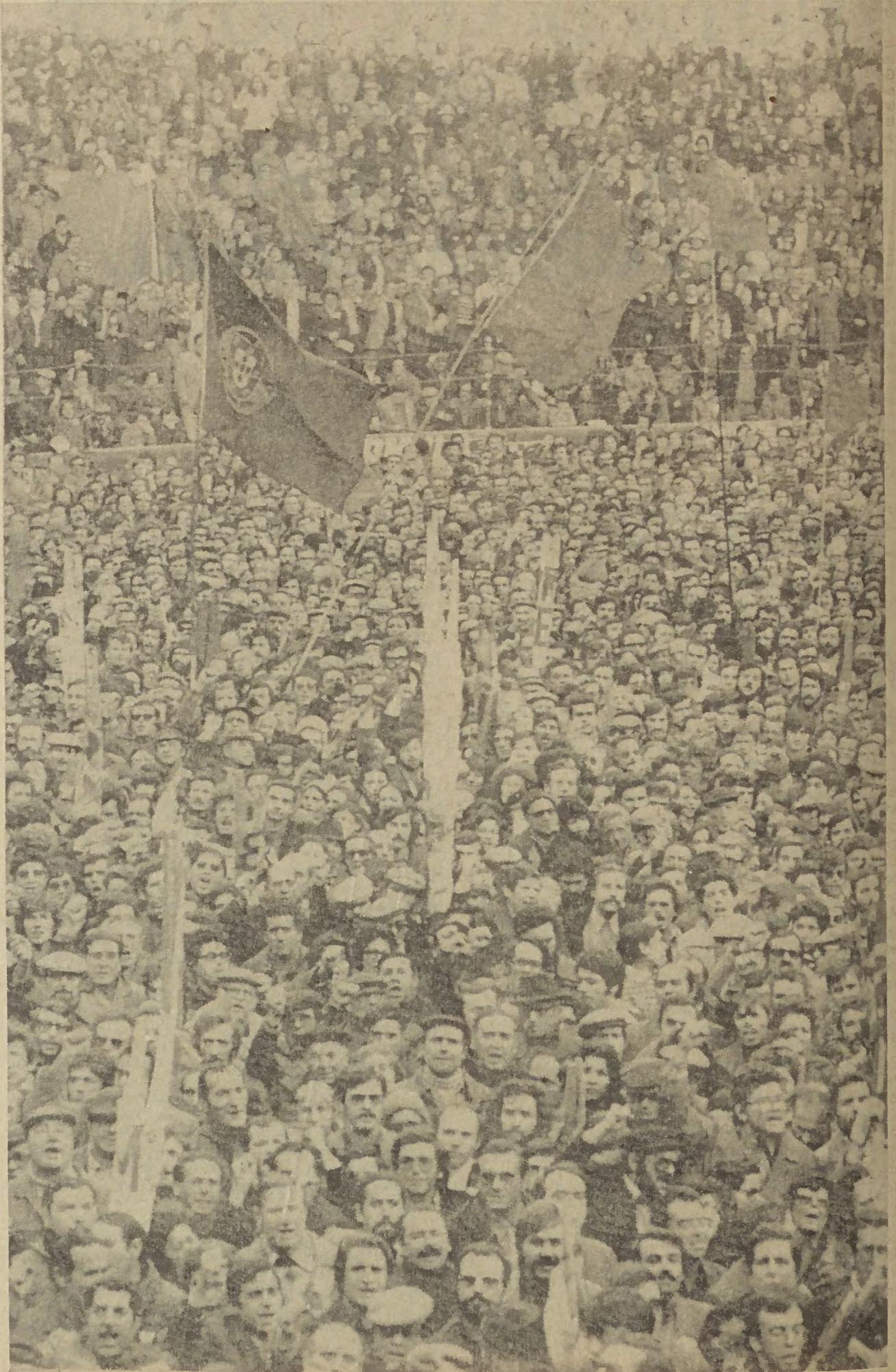
O CC do PCP apela a todos os militantes e organizações para que se empenhem firmemente na batalha em defesa da Constituição e do regime democrático.

O PCP, hoje como sempre ao longo dos 60 anos da sua existência, está ao serviço do povo e da Pátria. Na situação complexa e perigosa que se atravessa, o PCP tudo fará para estar à altura da confiança que nele deposita grande parte do Povo português.

Com o PCP, com outros democratas e patriotas, com as grandes e poderosas organizações unitárias, com os trabalhadores, com as massas populares, a democracia portuguesa derrotará os seus inimigos e Portugal de Abril vencerá.

26/9/81

O Comité Central do
Partido Comunista Português



NOTA DO CC DO PCP SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. O Comité Central do PCP examinou os mais recentes desenvolvimentos da situação internacional, da política externa do Governo "AD" e da actividade internacional do Partido.

O CC do PCP concluiu que, apesar das graves ameaças que pesam sobre a paz, a liberdade e a independência dos povos em diferentes países e regiões do mundo em consequência da política militarista e agressiva do imperialismo, a situação internacional continua a evoluir em favor das forças da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

2. A luta contra a política militarista e agressiva do imperialismo, liderada pela administração Reagan constitui uma direcção fundamental da luta de todas as forças revolucionárias, democráticas e amantes da paz.

O imperialismo norte-americano desencadeou e prossegue uma frenética corrida aos armamentos visando a todo o custo romper o equilíbrio e alcançar a supremacia militar sobre a URSS e o campo socialista, desequilibrar em seu favor a correlação de forças, impor a sua hegemonia nos assuntos mundiais, sustentar e fazer retroceder a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos que nos nossos dias conhece um novo e impetuoso desenvolvimento. Os círculos mais reacçãoários e belicistas do imperialismo buscam através do agravamento da tensão internacional e da corrida aos armamentos saída para a profunda e generalizada crise em que o sistema capitalista se debate.

A cobertura das campanhas sobre a "ameaça soviética" e o "terrorismo internacional", os EUA insistem em tentar impor a instalação na Europa dos seus mísseis Pershing II e Cruzeiro; tentam alargar o âmbito geográfico da NATO e reforçar esta aliança agressiva com a entrada da Espanha, introduzindo deste modo um novo e grave factor de desequilíbrio político-militar; declaram praticamente todo o planeta como "zona de interesse vital" e arrogam-se o direito de instalar novas bases militares e intervir militarmente no Médio Oriente, na América Central, em África, contra povos e Estados soberanos; proclamam abertamente o seu apoio a ditaduras fascistas e reacçãoárias (como em El Salvador, Chile, Egipto, Turquia ou Coreia do Sul) e servem-se dos sionistas de Israel e dos racistas da África do Sul em criminosos actos de banditismo e terrorismo de Estado que criam perigos seríssimos para a paz naquelas regiões do mundo; armam descaradamente a ditadura do Paquistão para prosseguir as ingerências contra a República Democrática do Afeganistão; dão novos e graves passos na sua aliança militar não-declarada com os dirigentes chineses; organizam provocações e ameaçam abertamente países soberanos como Cuba, Angola, Líbia, Vietnam, Laos, Kampuchea e outros. A produção da bomba de neutrões pelos EUA

constitui um novo e perigoso passo no sentido da guerra que é necessário denunciar com firmeza. As tentativas dos EUA para transformar a Europa em teatro de uma "guerra nuclear limitada" que deixaria o território norte-americano ao abrigo de catastróficas destruições, constituindo embora uma ilusão, encerra perigos bem concretos que não podem ser minimizados.

3. Entretanto a estratégia militarista e agressiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reacçãoários da NATO choca-se com as novas realidades da época contemporânea em que as forças da paz e do progresso social são mais fortes e numerosas que as forças da reacção e da guerra.

Nos países capitalistas da Europa, depois dos resultados das eleições em França e da formação de um governo com participação comunista, novos acontecimentos confirmam que a tendência de desenvolvimento se dá num sentido favorável às forças democráticas e progressistas. A par da intensificação da luta contra a política antipopular dos monopólios, a luta pelo desarmamento e pela paz conhece um período de grande ascensão, exprime-se em importantes iniciativas e acções de massas na RFA, em Berlim-Oeste, na Holanda, na Grã-Bretanha, na Grécia, nos Países Escandinavos, em Portugal, na Itália, na França, em Espanha, noutros países. Os comunistas encontram-se na vanguarda desta luta. Ao mesmo tempo em numerosos partidos socialistas e sociais-democratas reforçam-se correntes democráticas voltadas para a defesa da paz, do desanuviamento e da cooperação internacional com reflexos a nível dos próprios governos.

Os trabalhadores e povos da África, Ásia e América Latina prosseguem a sua luta pela consolidação da independência nacional, pelo progresso social, pelo socialismo. Apesar das dificuldades criadas pela contra-ofensiva do imperialismo, consolidam-se as revoluções orientadas para o socialismo em Angola, Moçambique, Etiópia, Iémen Democrático, Afeganistão, Kampuchea e outros países. O imperialismo não tem conseguido os seus objectivos de paralisar o movimento nacional libertador e separá-lo do campo socialista.

A URSS e o campo socialista afirmam-se como um factor fundamental do desenvolvimento do processo revolucionário e de preservação da paz e da segurança internacional. A persistente política de paz e de solidariedade internacionalista dos países socialistas constitui um obstáculo decisivo aos planos agressivos e hegemónicos do imperialismo. As reiteradas propostas de paz e de negociação feitas pela URSS visando o desarmamento e a eliminação dos mais perigosos focos de tensão internacional constituem uma contribuição valiosa para a defesa da paz.

A política militarista agressiva da nova administração norte-americana pode causar danos e sofrimentos, está porém condenada ao fracasso. Ela conduz inevitavelmente a um crescente isolamento da administração Reagan tanto no plano internacional (como se vê em relação à América Central, à África Austral, ao Médio Oriente e à própria Europa capitalista) como no plano interno. A grande manifestação realizada no passado dia 19 em Washington de protesto contra a política antipopular do governo resultante das enormes despesas militares, mostra que nem no seu próprio país o imperialismo norte-americano tem as mãos livres para impor a sua política de guerra e agressão.

A situação na Polónia continua a apresentar-se particularmente difícil e complexa. As forças contra-revolucionárias internas servindo-se do "Solidariedade" como principal instrumento político e contando com o activo apoio do imperialismo, dão novos e perigosos passos na sua escalada subversiva visando a destruição do socialismo. Neste momento difícil da vida da Polónia socialista o CC do PCP reafirma a sua activa solidariedade internacionalista ao POUP e ao povo polaco na sua luta orientada para a defesa e consolidação do socialismo.

4. O CC do PCP alerta a classe operária, os homens e mulheres amantes da paz e o Povo português para os perigos que a política belicista da administração Reagan faz pesar sobre a paz e a segurança internacional e chama-os a empreender novas acções e a lutar com energia em defesa do processo de desanuviamento, contra o envolvimento de Portugal na estratégia agressiva dos EUA e da NATO, contra a instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa, contra a bomba de neutrões, por negociações sérias e construtivas visando o desarmamento na Europa e no mundo e a liquidação dos principais focos de tensão internacional.

5. O CC do PCP exprime a sua activa solidariedade a todos os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o fascismo, o racismo.

No momento em que a República Popular de Angola é vítima de uma agressão de grande envergadura pelas tropas da África do Sul, o CC do PCP reafirma a sua solidariedade ao MPLA-Partido do Trabalho e ao povo angolano, exige a imediata, total e incondicional retirada das tropas racistas do território de Angola e chama os trabalhadores e em geral o Povo português a prosseguir e intensificar as acções de solidariedade material às populações que no Sul de Angola foram e são vítimas da criminosa agressão do regime do "apartheid". O CC do PCP reitera a sua firme condenação pela ocupação ilegal da Namíbia pelos racistas sul-africanos e expressa a sua solidariedade ao povo da Namíbia e à SWAPO na luta pela completa independência da sua Pátria.

6. O CC do PCP denuncia a política do Governo "AD" de alinhamento e submissão de Portugal ao imperialismo.

A luta em defesa da independência nacional, de diversificação das relações internacionais e de paz e amizade com todos os povos é uma tarefa fundamental da hora presente.

A experiência mostrou já que na luta em defesa da independência nacional e pela paz se podem unir homens e mulheres das mais variadas formações políticas, ideológicas e religiosas, que é possível organizar acções com grande repercussão e base de massas, que é possível fazer recuar o governo reaccionário na sua linha de abdicação nacional e enfeudamento ao imperialismo. Recentes declarações demagógicas de membros do Governo "AD" sobre alguns aspectos de política externa mostram que também nesta frente a acção das massas e a unidade dos democratas e-patriotas é factor de primordial importância.

Tudo indica que o governo negocia secretamente, nas costas do povo, acordos gravemente lesivos para a independência nacional e segurança de Portugal e dos portugueses. As manobras "Ocean Safari" realizadas na costa portuguesa e a utilização do porto de Lisboa pela esquadra da NATO, para além dos prejuízos materiais causados são atentatórios da dignidade nacional.

O CC do PCP chama a classe operária, os trabalhadores, os democratas e patriotas que amam a independência do seu país e não querem ver Portugal envolvido em aventuras imperialistas de trágicas consequências para a segurança e a vida dos portugueses, a prosseguir e a intensificar a luta contra a crescente submissão do Governo "AD" aos ditames da NATO, contra as bases imperialistas em território português, contra a instalação ou trânsito por Portugal de armas nucleares.

7. O CC do PCP reafirma a sua confiança em que, pela acção unida de todas as forças revolucionárias e amantes da paz, o imperialismo será forçado a recuar nos seus propósitos agressivos, a paz será salvaguardada, os trabalhadores e os povos prosseguirão pelo caminho da liberdade, do progresso social e do socialismo.

Fiel aos princípios do internacionalismo proletário, o PCP continuará invariavelmente a agir pela unidade do movimento comunista e operário internacional e pelo fortalecimento da cooperação e amizade das grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional.

Lisboa, 26 de Setembro de 1981

O Comité Central do
Partido Comunista Português

